Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

João Vitor Velasques Ferreira

RELAÇÃO TAXA SELIC, CRÉDITO CONSIGNADO E EDIVIDAMENTO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS NO PERÍDO DE 2011 A 2015.

Ponta Porã – MS

2022

João Vitor Velasques Ferreira

RELAÇÃO TAXA SELIC, CRÉDITO CONSIGNADO E ENDIVIDAMENTO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS NO PERÍODO DE 2011 A 2015.

Trabalho de Conclusão de Curso- TCC apresentado a faculdade Universidade estadual de Mato Grosso do Sul como requisito parcial para o título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Jonattan Rodriguez Castelli.

Ponta Porã- MS

2022

Agradecimentos

Sou grato a todos que foram importantes para a conclusão deste trabalho, primeiramente a Deus, pela saúde, força e conhecimento dado para conquistar todas as coisas fornecidas a mim.

A minha esposa Poliana pelo carinho e apoio moral, amor, nos momentos que tive de querem desistir, ela sempre esteve junto me incentivando e mostrando que sempre podemos ser melhores e dar a volta por cima, a capacidade de me dar a força necessária e por nunca desistir de me apoiar, pois sem ela não teria chegado tão longe.

Aos meus pais Hamilton e Norma pela criação, e por terem me dado toda as capacidades necessárias para ser a pessoa que sou, aos meus irmão Renata Leandro e Augusto, pelo suporte e todo apoio para chegar a este dia, e meus sobrinhos, Pedro e Lívia, pelo amor e bons momentos que tivemos sempre.

Agradeço também ao meu grande professor e orientador Jonattan Castelli pela paciência, apoio educacional, e por sempre me apoiar nos anos de estudo na instituição, e pela orientação para concluir esse trabalho. Aos professores, coordenação, e todos os restantes dos funcionários da UEMS, que de alguma forma contribuíram para chegar esse dia.

Agradeço aos meus colegas de turma pelos dias de convivo e dedicação, mas em especial aos meus colegas, Ronaldo, Cleiton, Steffano, Leandro, e Emerson, que compartilhamos nos momentos juntos, e em relação ao apoio nos estudos, que espero sempre levar a amizade de todos sempre.

Agradeço de coração, todos que contribuíram e espero ter deixado um legado, e muito orgulho de cada um que de certa forma, acreditam e confiaram em meu potencial, obrigado.

“Se uma pessoa adquire a atitude correta em relação ao dinheiro, isso ajudará a endireitar quase todas as outras áreas de sua vida.”

Billy Grahan

Resumo

No passar dos anos, as linhas de credito sempre apresentaram ser uma fonte alterativa de alcance de valores para financiamento e recurso para que os indivíduos que não possuem recursos para seus projetos pessoais. Porem como o passar dos anos, o Banco Central desenvolveu métodos e maneiras de dar uma oportunidade a quem não possui alternativas para realizar tais ações, como financiamento de casa, carros, cartão de credito, e um deles sendo o crédito consignado, que é voltado ao público aposentado e pensionistas do INSS, e em alguns outros casos, a funcionários públicos e concursados. Por ser uma linha de crédito de menor taxa, a mesma possui sua variação diante da taxa baixa de juros nacional, a chamada taxa Selic, que em reuniões mensais, é traçada pelo Copom para que seja feito seu lançamento para controle dos preços. Porém o grande mal de ser uma linha de crédito de fácil acesso, os índices de endividamento familiar entre os aposentados e pensionistas é o próprio credito consignado. Mostrando as situações descritas, o trabalho possui o objetivo de relacionar a variação da taxa Selic em relação ao crédito consignado, se o mesmo afeta ou não a possibilidade emissão e contratação do serviço estudado, e como o mesmo, afeta as rendas familiares e posteriormente levam grande parte ao endividamento. No final do estudo mostrado, encontra-se a relação da volatilidade da taxa Selic com as taxas de crédito, mostrando a relação entre ambas, e mesmo tendo em alguns momentos da linha de estudo do período de cinco anos, onde o mesmo foi apresentado, os índices de contratação, mostrando aumento gradativo diante dos fatos, e demonstrando assim os impactos das dívidas familiares e a redução dos salários dos aposentados e pensionistas do INSS, por terem partes e seus pagamentos em debito por parcelas de credito.

Palavras-chave: Credito Consignado, Taxa Selic, Endividamento, Aposentado e Pensionistas do INSS.

ABSTRACT

Over the years, credit lines have always been an alternative source of reaching amounts for financing and resources for individuals who do not have resources for their personal projects. However, as the years went by, the Central Bank developed methods and ways to give an opportunity to those who do not have alternatives to carry out such actions, such as home financing, cars, credit card, and one of them being the consigned credit, which is aimed at to the retired public and INSS pensioners, and in some other cases, to civil servants and public servants. As it is a credit line with a lower rate, it has its variation in relation to the low national interest rate, the so-called Selic rate, which is drawn up by Copom at monthly meetings so that it can be launched to control prices. However, the big bad thing about being an easily accessible line of credit, the family indebtedness rates among retirees and pensioners is the payroll loan itself. Showing the situations described, the work has the objective of relating the variation of the Selic rate in relation to consigned credit, whether or not it affects the possibility of issuing and contracting the service studied, and how it affects family incomes and subsequently leads to largely to indebtedness. At the end of the study shown, there is the relationship between the volatility of the Selic rate and credit rates, showing the relationship between both, and even having in some moments of the study line of the five-year period, where it was presented, the hiring rates, showing a gradual increase in the face of the facts, and thus demonstrating the impacts of family debts and the reduction of the salaries of INSS retirees and pensioners, as they have parts and their payments in debt by installments of credit.

Key words: Payroll Credit, Selic Rate, Indebtedness, Retirees and INSS Pensioners.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Variação da taxa Selic em 2011.....27
Tabela 2 - Variação da taxa a de juros das operações de crédito Pessoa física 2011. 29
Tabela 3 - Saldo da Carteira de Crédito com Recursos Livres - Pessoas Físicas - Crédito Pessoal Consignado para Aposentados e Pensionistas do INSS: 2011.....30
Tabela 4 - Variação da taxa Selic em 2012.....32
Tabela 5 - Variação da taxa a de juros das operações de crédito Pessoa física em 2012.....33
Tabela 6 - Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas -Crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS:2012.....34
Tabela 7 - Variação da taxa Selic em 2012.....36
Tabela 8 - Variação da taxa a de juros das operações de crédito Pessoa física em 2013.....38
Tabela 9 - Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas -Crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS: ano de 2013.....39
Tabela 10 - Variação da taxa Selic em 2014.....42
Tabela 11 - Variação da taxa a de juros das operações de crédito Pessoa física em 2014.....43
Tabela 12 - Saldo da carteira de crédito com recursos livres -Pessoas físicas-Crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS: ano de 2014.....44
Tabela 13 - Variação da taxa Selic em 2014.....47
Tabela 14 - Variação da taxa a de juros das operações de crédito Pessoa física em 2015.....48
Tabela 15 - Saldo da carteira de crédito com recursos livres -Pessoas físicas-Crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS: ano de 2014.....49
Tabela 16 - Composição das Dividas Negativas-Por Setor.....51
Tabela 17 - Endividamento Familiar.....52
Tabela 18 - Tipos de dividas 53
Tabela 19 - Numero de devedores, em milhões 54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIMA	Associação Nacional das instituições do mercado aberto
A. A	Ao ano
BACEN	Banco central do Brasil
COPON	Comitê Monetário Nacional
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNC	Confederação Nacional do Comercio
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPCA	Índice de Preços no Consumidor
PEIC	Pesquisa de Endividamento e inadimplência do Consumidor
PIB	Produto Interno Bruto
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custodia
SPC	Serviço de Proteção ao Credito
SERASA	Serviço de Assessoria S.A.

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO**..... 10

2 **METODOLOGIA DA PESQUISA**..... 13

3 **JUSTIFICATIVA**..... 15

4 **OBJETIVOS**..... 16

4.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... 16

5 **REFERENCIAL TEORICO**..... 17

5.1 Entendendo sobre juros..... 17

5.2 Taxa de juros simples 18

5.3 Taxa de juros composta..... 18

5.4 Taxa de juros real 19

5.5 Taxa básica de juros..... 19

5.6 Instituto nacional de seguro social (INSS) 22

5.8 Relação taxa básica de juros e contratações de empréstimos consignado..... 24

5.8.1 **Selic em 2011 e oferta e demanda de crédito consignado**..... 25

5.8.2 **Selic em 2012 oferta e demanda de crédito consignado**..... 30

5.8.3 **Selic em 2013 oferta e demanda de crédito consignado**..... 34

5.8.4 **Selic em 2014 oferta e demanda de crédito consignado**..... 39

5.8.5 **Selic em 2015 oferta e demanda de crédito consignado**..... 44

5.9 Empréstimos consignado INSS e o endividamento das famílias brasileiras..... 49

6 **CONCLUSÃO**..... 57

7 **REFERÊNCIAS**..... 58

1.INTRODUÇÃO

A taxa de juros SELIC no Brasil para Omar (2008), desempenha a sua função como chave na tomada das decisões econômicas, pois a mesma interfere nas relações de preços e nos custos de todos os setores que envolve a economia, vale ressaltar que a estreitas relações entre a taxa de juros com as variáveis econômicas chave como: o desemprego, a inflação, a taxa de câmbio, os fluxos de capital, a estrutura da balança de pagamentos e como final o nível da dívida externa e interna.

Já Oliveira, Costa (2013) afirma que a taxa básica de juros é um dos instrumentos de políticos monetários mais utilizados em todo mundo para análise econômica de poder de compra e representativo do valor de crédito, onde no Brasil a mesma é intitulada Taxa Selic, em que o Banco Central (BACEN) teve a criação do COPOM (Comitê de Políticas Monetárias) no ano de 1996, possuía a função de crescer o grau de transparência das decisões diante da volatilidade diante da SELIC.

Diante dessa citação, Omar (2008) cita que a taxa de juros pode ser representada sendo o preço de utilização de valores monetários para determinado período, todavia, a taxa de juros pode ser de um preço, o impacto realizado na economia não é limitado para o seu próprio mercado.

A taxa básica de juros também corresponde pelo nome de Taxa Selic ou Sistema especial de liquidação e custodia, que é estipulada pelo COPOM, a outra função que a taxa Selic tem é de controle de inflação e possui grande influência e todas as taxas de juros do país, sendo ela de empréstimos, dos financiamentos, e das aplicações financeiras onde é justificado nas palavras de Caetano et al.

> As decisões do Comitê de Políticas Monetárias sobre a taxa de juros Selic têm sido acompanhadas por diversas instituições e analistas financeiros, agentes econômicos, acadêmicos, políticos etc. com o intuito de entender e prever possíveis movimentos na taxa de juros. O COPOM é o órgão decisório da política monetária do Banco Central do Brasil e é responsável a meta para a taxa Selic, tendo sido criada em 20 de junho de 1996. (Caetano et al, 2011. Pág. 201.)

Um exemplo, que demonstra o impacto da taxa básica de juros, é demonstrada no seguinte exemplo: Omar (2008) diz que enquanto a mudança que envolve o preço do quilo da laranja, tem uma relação ao mercado deste produto, e em relação à mudança na taxa do salário atinge o mercado que envolve a mão-de-obra, tendo a mudança na taxa de juros dando-se assim implicações muito mais severas para economia, pois a mesma afeta uma grande variedade em relação as decisões, desde

que envolve despesas diárias dos consumidores e até mesmo em decisões que envolvem até investimentos que impactam na estrutura da economia dos determinados países.

A taxa básica de juros no Brasil foi criada a princípio para ser uma espécie de referencial para todas as operações financeiras no país, tendo sua criação efetiva no ano de 1979 pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA), mas que ao decorrer dos anos foi vinculada como sendo o referencial em relação a nível médio de valores de estipulação de preço no país, sendo ela de ser a detentora do papel de tomada de decisões econômicas, sendo que a mesma interfere nas relações de preços e taxas de juros de todos os setores da economia.

Suas variáveis que também implica em sua relação, pode-se destacar a taxa de inflação, o desemprego, a taxa cambial, os fluxos de capitais de giros e também sobre as estruturas de balanços de pagamentos também com ênfase na característica da dívida externa e interna

> É preciso verificar a origem da indigitada taxa SELIC, que surgiu com o incremento de negócios envolvendo Letras do Tesouro Nacional (LTN), tornando impossível a manutenção do sistema físico, através da forma e modalidade ao portador, fazendo com que surgisse uma central de custódia dessas letras, substituindo os papéis por dados informatizados. O sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC – é um sistema de controle diário de custódias, liquidações e operações de títulos públicos por meio informatizado criado em novembro de 1979 para atribuir maior agilidade, transparência e segurança aos negócios realizados com títulos. (Scavone,2011, p.93).

Segundo Omar (2008) desde julho de 1994, as autoridades brasileiras usaram taxas de juros altas como um instrumento para alcançar dois objetivos principais: combater a inflação restringindo a demanda agregada e servir como instrumento para atrair capital externo com a finalidade de cobrir o déficit da contracorrente na balança de pagamentos e aumentar as reservas internacionais.

A mesma política, porém, produziu efeitos negativos sobre o investimento, aumentando não apenas o déficit do governo e a dívida pública, como também a vulnerabilidade externa da economia brasileira.

As instituições bancarias baseiam-se nas ofertas de produtos de credito, através dos índices que a taxa Selic se encontra no momento, para que ocorra a oferta de um serviço de liberação de crédito.

Os bancos e financeiras são liberados pelo Banco Central do Brasil a ofertar seus produtos, com relação direta a situação econômica que a taxa está desemprenhando, um exemplo seria, se determinado Banco X oferta um crédito

consignado a um aposentado, onde atualmente o mesmo está presente na realidade de muitas pessoas do público beneficiário INSS, pelo fato gerador de sua taxa reduzida em relação a outras linhas de crédito, comparadas ao cheque especial ou cartão de crédito, e para (apud CARDIM, et al 2000, p.236) relata sobre o crédito:

A construção de um sistema de contratos em moeda, pelos quais se transfere recursos de um agente para outro e se definem as obrigações de cada parte, é o que separa a civilização moderna de formas mais primitivas e menos eficientes do ponto de vista produtivo de organização social.

Por ser um serviço de taxas mais baixas, muitas pessoas buscam como uma fonte alternativa para acesso de capital e recurso financeiros, porém com o passar do tempo, torna-se um dos índices mais elevados na atualidade, que seria o endividamento e inadimplência deste público, onde Santos e Ferreira (2019) afirma que o endividamento seria o acumulado de renda comprometida com obrigações de debito em folha de pagamento, ocasionados por vários fatores.

No caso do apresentado a dívida gerada pelo crédito consignado, vem sendo destaque nos últimos anos, Moura et al (2018), afirma que o crédito consignado é considerado um valor de acesso facilitado, mas que corresponde pelo endividamento e precariedade dos serviços e condições apresentados no dia a dia dos idosos.

Ainda nas palavras de Moura et al (2018) conclui pode ser considerado danoso aos aposentados e pensionistas do INSS, o empréstimo consignado, levando a criar um sistema de dependência deste crédito e levando assim ao endividamento e afetando a qualidade de vida dos idosos.

2-Metodologia

Esta pesquisa aborda temas referentes, à analises da variação da taxa básica de juros Selic nos últimos dez anos em relação à taxa de juros do crédito consignado de aposentados e pensionistas do INSS.

Neste assunto, serão abordados, temas que caracterizam a volatilidade da taxa no país (Brasil) e de que forma a mesma implica nas taxas de crédito consignado, apresentará uma análise histórica analítica que para Rüssen (2007) é considerada a ação metódica determinada pesquisa que relaciona questões históricas (...)

Há testemunhos empíricos relacionadas ao passado que agrupam, examinam e classifica as determinadas informações com relação às fontes relevantes para haver uma resposta à questão e que realizem uma avaliação do conteúdo informativo das fontes com referências bibliográficas que servem de base para este estudo e levantamento de teses e que garantem a explicação para o real assunto tratado. As referências bibliográficas ocorrerão sobre teses, livros, e artigos trabalhados por autores que tratam deste tema em relação a sua referência bibliográfica teórica.

Para Gil (2007) A pesquisa descritiva possui objetivo principal a descrição da característica que determina certa população ou fenômeno, ou estão em estabelecimento de relação entre variáveis. São vários os estudos que podem ser classificados sobre um título e de sua característica mais significativa, estão na utilização também de técnicas padronizadas de coleta de dados assim como questionários e observações sistemáticas.

Sendo assim a pesquisa abordada como descritiva, será levantado dados estatísticos sobre a variação da Selic nos últimos dez, através dos dados fornecidos pelo site do Banco Central do Brasil, e outras fontes estatísticas que será de base para a análises dos dados da tese, além de valores fornecidos por instituições financeiras que realizaram a liberação dos valores de consignação e quais foram os públicos que maior utilizou esses recursos, entre aposentados e pensionistas.

Já na pesquisa quali-quantitativa como o próprio nome já diz, é a pesquisa qualitativa e quantitativa, ambas sendo utilizadas pacificamente, enquanto a pesquisa qualitativa se fundamenta em análise e instrumentos para entender descrever, classificar, explicar fenômenos e a e a relação existente entre as variáveis também esse tipo de abordagem ganha como análise de documentos e estudos de caso, também segundo as técnicas de qualitativas não se limitam a dados isolados e

entende a realidade como uma instrução social onde determinado pesquisador pode ser participante.

Assim também as pesquisas quantitativas são baseada também na quantificação, dessa forma o pesquisador geralmente realiza a coleta de dados diante de questionários e utiliza técnicas estatísticas para tratar determinadas informações assim na sequência os resultados da análise, são apresentados como tabelas e gráficos também nas técnicas com abordagem quantitativa realiza também a objetividade e retrata uma realidade exterior perante ao indivíduo com total neutralidade no seu processo de investigação, dando assim um maior conhecimento sobre determinados assuntos sendo observado que as duas pesquisas se tornam uma combinação entre duas abordagens, desta forma a pesquisa quali-quantitativa recebe também a abordagem mista.

Será feito utilização de tabelas, gráficos, e dados para assim então criar e explicar o tema previsto neste trabalho.

3.JUSTIFICATIVA

O trabalho possui o intuito de realizar uma análise na taxa básica de juros em relação ao crédito consignado e como levou a sua variação, e de qual forma a mesma sofreu suas mudanças, e demonstrando ser um crédito de fácil acesso entre os aposentados e pensionistas, acabou se tornando uma das causas do endividamento familiar, levando grade parte destes públicos a dados de inadimplência e redução por débitos de parcelas do salário em suas folhas de pagamento.

Tendo sua apresentação, os fatos que impactam e fazem a mesma ter sua interferência com relação à volatilidade dos preços de mercado, como de consumo, de preço de serviços e de linhas de crédito, no caso o crédito consignado, o mesmo abordado no sistema, de que maneira em seu estado de interferências com a real situação do país a taxa Selic em alguns momentos possuem mais alta, e em outros momentos possui baixa, quais são as mediadas adotadas pelos governantes para que ocorra seu controle, quais são as medidas que o COPOM toma para a meta da taxa referente ao ano.

Assim com os reais temas apresentados, visa também observar as formas e momentos que em uma análise de cinco anos, se ocorreu números relevantes de contratações de créditos, pela população, e quais foram as iniciativas que os governos de época realizaram para que tal fato ocorresse, se neste período a situação econômica do país encontra-se ou não propicia para gerar tal ação e quais foram as medidas estipuladas para esse evento.

Em resumo, o trabalho abordará os fatos e a importância da variação da taxa básica de juros, taxa Selic e sua variação do país nos últimos dez anos e sua importância em relação à linha e oferta de crédito consignado de beneficiários INSS.

4.OBJETIVOS GERAL

O trabalho busca apresentar a relação da variação da taxa básica de juros Selic, e sua ligação direta nas taxas de crédito consignado, e demonstrando estudos que mostram de como este crédito por ser de fácil acesso, e de baixos juros levam grandes índices de endividamentos familiar entre os idosos aposentados e pensionistas do INSS.

4.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Relacionar o impacto da taxa básica no crédito consignado
- Elaborar um estudo temporal da variação da taxa Selic em um período de cinco anos
- Elaborar um estudo sobre os índices de contratação de empréstimos consignados em um período de cinco anos
- Relacionar os fatores internos e externos na variação da taxa Selic.
- Interpretar a variação da taxa de juros no crédito consignado.
- Estudar os efeitos dos endividamentos familiar e de aposentados e pensionistas do INSS
- Apresentar os resultados sobre a tese do trabalho.

5.Referencial teórico

5.1 Entendendo sobre juros

Segundo BACEN (2022) os juros são considerados compostos de valores do capital pelo tempo ou período. Sendo assim, possui funcionalidade de um aluguel do dinheiro.

As unidades bancarias e outras entidades de credito, praticam a intercessão entre quem possui o valor monetário (investidor), e quem usufrui ou necessita do capital (devedor) e também segundo Urbe.Lab(2020) juros são os rendimentos concebido quando realizado um processo de empréstimo de capital a algum individuo tomador em determinado período ou condições preestabelecidos (sendo em documentos ou sendo em verbalizados).

Se ocorrer de determinada pessoa ser do perfil de investimentos, o dinheiro que foi aplicado pela mesma em determinada instituição de crédito, acarretará no empréstimo ao tomador, que por outro lado pagará maior valor de juros a instituição que forneceu este capital ao mesmo.

Nesta situação, a unidade fornecedora de credito, por decorrência do fato, toma posse da parcela do valor superior pago com remuneração e devolvendo ao investidor a quantia com os juros calculados no momento futuro, conforme combinado, ou no momento de resgate do valor investido nesta instituição, possui um complemento de Urbe.Lab (2020) os juros são considerados valores expressos de uma operação, diferente da taxa de juros que representa o percentual de remuneração ou cobrança de operação e, o período que a mesma reflete.

> Os juros são um fenômeno monetário no sentido de que as taxas de juros são determinadas pela procura e pela oferta do dinheiro. O dinheiro é procurado porque é o único ativo perfeitamente liquido. Os juros são as recompensas que se paga por abrir mão da liquidez, ou, em termos ligeiramente diferentes, a recompensa por não estourar". (Dillard,1975 p.151)

5.2. Taxa de juros simples

Este conceito se aplica no momento da cobrança do capital inicial, que é o valor de emprestado/investido.

Segundo o BACEN (2022) não possui cobrança de juros sobre os juros acumulados no período antecessor e para Toro Blog (2022), contextualiza também que os juros simples são serviços negociados com antecedência e não alteram seu valor com o decorrer do tempo, os mesmos também se refletem apenas no valor de início do empréstimo ou do investimento, um exemplo seria de um empréstimo de R$1.000,00 com uma taxa de juros simples de 8% a.a., com uma duração mínima de 2 anos, o total de juros acumulado será de R$80,00 no primeiro ano e R$480,00 no segundo ano. Chegando a concluir o final do contrato, o tomador irá devolver o principal e o juros simples de cada ano: R$1.000+R$80+R$80=R$1.160.

5.3 Taxa de juros composta

Relaciona-se para cada período do contrato de determinado serviço de credito, (diário, mensal, anual etc.), para Toro Blog (2022), os juros compostos também conhecidos como juros sobre juros, os mesmos continuam agindo no decorrer da duração do valor do empréstimo, de debito ou investimento, desta maneira a soma realizada sobre o valor inicial e também sobre os juros dos meses subsequentes, que também, segundo Bacen (2022), possui um novo capital para que ocorra a cobrança da taxa de juros que foi realizado a contratação, também neste novo capital, decorre da soma do capital e do juro cobrado no período antecessor.

Seguindo a linha de raciocínio, em um empréstimo de R$1.000, com a taxa de juros de composta de 8%a.a., com duração de 2 anos, o total de juros será de R$80 no primeiro período anual. No segundo ano, est mesmo juros vão ser somados ao capital (R$1.000+R$80=R$1.080), resultado em juros de R$86 (8% de R$1.080). E os juros que foi abordado do primeiro ano (R$80) são somados com os juros do segundo ano (R$86), gerando o valor total de R$1.166 que deve ser devolvido ao término do serviço de prestação de crédito.

5.4 Taxa de juros real

Esta mesma é obtida através do desconto da taxa de inflação da taxa de juros nominal de determinada transação, ainda nesta mesma linha de raciocínio, Bacen (2022) exemplifica que uma taxa de juros nominal mensal de 10% e um determinada inflação de em um momento de 2% resultam em uma taxa de juros real de aproximados 7,84% apresentado pela forma completa: (1,10/1,02-1) *100], que Toro Blog (2022) contextualiza que os juros reais funcionam de uma maneira contraria aos juros nominais, pois estes não incluem a correção monetária de e inflação em seu cálculo, por seguinte se a inflação em determinado período for de zero tanto os juros nominais quanto os juros reais terão mesmo valor

> A demanda por moeda e taxa de juros são inversamente relacionadas, pois a taxa de juros representa o custo de oportunidade de reter moeda, ou seja, o ganho que se abdica por carregar moeda em vez de títulos. Quanto maior a taxa de juros sobre os títulos maior é o curto de reter moeda, e, portanto, menor será a demanda por moeda (Hillbrecht, p.65 1999).

5.5 Taxa Básica de juros

Segundo os estudos estipulados, a taxa básica de juros da economia, é apresentado sendo uma modalidade ou ferramenta de controle inflacionário, ou de deflação, trata-se também de um mecanismo da economia monetária que atua nas linhas de frente de manter os preços em controle e estáveis.

A SELIC é o sistema especial de liquidação e custódia, e também a taxa básica de juros da economia brasileira, considerado também como o principal instrumento da política econômica monetária usada pelo Banco Central do Brasil para haver o controle da inflação, ela tem sua influência basicamente em todas as taxas de juros do país um exemplo sendo elas as taxas de juros dos empréstimos das aplicações financeiras e de financiamentos de automóveis e imóveis (Bacen,2019)

No decorrer de 45 dias, o Comitê de políticas monetárias (Copom), realiza uma votação com seus membros para ser definida a meta da Selic, que tendo a análise e parâmetros estipulados pela atividade econômica do país em relação aos gastos públicos, em base nas pressões inflacionarias e nos termos, e fatores superficiais, como aumento e valorização do dólar. Sabendo de sua importância, visa estabelecer que a taxa Selic é também considerada a taxa básica de juros pois a mesma influencia as demais taxas do país.

Para Caetano (2011) As tomadas de decisões realizadas pelo comitê de política monetária Copom em relação à taxa de juros SELIC tem sido acompanhado por diversas instituições e analistas financeiros, também por agentes econômicos, acadêmicos, políticos entre outros tendo como ideia o intuito de entender e possivelmente prever possíveis movimentos na relação da taxa de juros o COPOM é o órgão de decisão da política monetária em relação ao Banco central do Brasil e possui em sua responsabilidade por definir assim tão a meta para a taxa SELIC.

Sendo instituído em 20 de junho de 1996 tendo também desde sua fundação uma série de alterações que refere ao seu objetivo também a periodicidade das reuniões também com a composição, fatores e competências de seus integrantes tendo como visão não só o aperfeiçoamento do processo de decisão do âmbito deste comitê, mas também sobre como refletir as mudanças do regime monetário.

Como já se pode ter noção, a taxa básica de juros também é utilizada para como instrumento de controle pelas autoridades monetárias para estabilidade dos preços, sendo seu propósito explicado pelo banco central, ‘’manter a inflação baixa’’, já que a deflação não é considerada algo positivo também.

Em meados de 1979 a antiga ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de mercado aberto), com o Banco Central deram a criação da taxa básica de juros, a Selic, seu principal intuito era de tornar a negociação de títulos públicos mais transparente e garantir sua seguridade, com o passar dos anos a Selic se tornou um sistema eletrônico que atua na atualização das operações e posições de instituições financeiras, desta forma, a mesma impõe um controle mais efetivo sobre as reservas bancarias. Para (Monte. Machado 2014) O ramo do setor bancário possui uma função fundamental e gera um papel muito importante na economia, pois o mesmo é intermediador de recursos criando ativos e gerando riquezas.

Já em março de 1999, o sistema de banda de juros, criado em 1996, foi declarado extinto pelo Banco Central, assim o governo da época, decidiu usar apenas a taxa Selic para indicação da taxa básica de juros no país, dando em definitivo sua criação. Com sua efetivação, as custódias de títulos públicos deixaram de ser lançadas manualmente e deu início a revolução dos registros de forma eletrônica, na década de 1970.

5.6 Crédito Consignado

O crédito é formado, em determinada economia com sistema governamental capitalista, de endividamentos, a possibilidade de efetivar as decisões com relação ao consumo, e também de investimentos. Desta forma, os bancos, são considerados instituições muito relevantes para as divisões de crédito em uma economia, porque os mesmos conseguem criar a própria moeda de circulação (escritural).

Porém, as instituições bancarias tendem a preferir as operações que gerem maior grau de liquidez, que modalizam conforme as conjunções futuras da economia, desta forma, quando são orientados apenas por esta fórmula, de geração de lucros essas mesmas instituições, realizam suas atividades apenas no sentido de geração de lucros, diante disso, elas atuam, intensificando as fases de expansão, e também com concentração de lucros do ciclo de ações financeiras e também podendo atuar como desorganizadores intrínsecos do sistema. (Minsky, 2008)

Assim o crédito consignado se estivesse previsto em relação ao seu ordenamento jurídico na data de 1946, somente no ano de 2003 que o mesmo entrou em regulamentação de concessão diante desta modalidade de empréstimo para todos os assalariados do setor público e privado, bem também em relação aos aposentados e pensionistas do instituto nacional de seguridade social INSS esse sistema é mais seguro para quem realiza ou empréstimo do valor, quando as parcelas são descontadas diretamente da folha de pagamento pelo empregador, no caso de empregados ou aposentados e pensionistas do INSS.

Isso permite uma viabilidade maior para a utilização de crédito até mesmo para os sujeitos cujos nomes estão nos registros de inadimplência do sistema nacional de crédito SPC ou Serasa.

Diante do texto apresentado o beneficiário não tem a obrigatoriedade de obter um empréstimo no banco em que recebe o seu pagamento, assim o mesmo pode pegar pela instituição financeira que oferece a menor taxa de juros para análise de crédito e o risco neste ponto, segundo BACEN (2004) o mesmo indaga que é geralmente é permitido ao contraente da dívida possuir algumas restrições cadastrais, dado que sua garantia do financiamento é o desconto em folha de pagamento assim o limite de crédito atribuído a um determinado cliente é o risco maior que a empresa está disposta a correr com aquele mesmo cliente, e no caso de crédito consignado

esse limite se dá por cálculos de margem consignável já preestabelecidos pela instituição credora

O crédito em consignação foi vinculado em primeiro lugar pelos pequenos e médios bancos, porém rapidamente atraiu a atenção dos grandes bancos, que além de realizarem suas próprias operações, começaram a adquirir as carteiras originadas pelos seus congêneres menores, que observavam uma grande oportunidade de captação de recursos e expansão de suas operações.

Para Cucolo (2011) No decorrer dos anos, a primordial novidade foi sem dúvida O fato do Banco central do Brasil ter extinguido com a exclusividade na concessão de crédito consignado. Neste determinado período muitas empresas realizavam processo de venda de folha de pagamento para bancos privados e públicos, para que os funcionários só pudessem tomar empréstimos com descontos diretos de folha no banco feito o pagamento do salário. Isso girou para um aumento da concorrência entre bancos para capitar clientes o que gerou uma consequência de melhoras nas condições dos empréstimos em especial para esta determinada modalidade.

5.7 Instituto Nacional de Seguro Social (INSS)

A previdência social prevista no regime brasileiro e está atribuído nas condições e disposições elencadas na Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, que propõe os princípios dos planos e benefícios liberados pela previdência social.

A autarquia que tem a responsabilidade pela gestão do seguro social instituto nacional de seguro social INSS. Nas contribuições previstas ao sistema de previdência são feitos compulsoriamente e automático pelos empregados e empregadores, possui a finalidade de auxiliar financeiramente a população, ou não, numa base do mercado de trabalho formal, seja por doença ou invalidez, seja por idade avançada. (SANTOS, TALIANNE. et al. 2012)

Já aposentadoria por invalidez é o benefício concedido a trabalhadores que, por motivos de doença ou acidente, tenham a consideração de inaptos para atividades laborais que assim eles garantem a sobrevivência. A solicitação da aposentadoria é requerida se o início da incapacidade, demonstrada durante o exame médico pericial, for posterior à elaboração no período de carência de 12 contribuições mensais, fora também ar circunstâncias que desobrigam a carência prevista na legislação, como acidente de qualquer natureza, doenças que gere incapacidade específicas e

demonstrada pelo ministério da Saúde e previdência social ou trabalhador rural. (SANTOS, TALIANNE. et al,.2012)

Já no caso do trabalhador rural o mesmo necessita provar apenas que trabalhou nos últimos 12 meses antecedentes a sua invalidez, caracterizando-se assim para a filiação ao segurado especial.

Estão inclusos nesta mesma categoria cônjuges companheiros e filhos maiores de 16 anos que trabalham com a família que realizam também a atividade rural. São considerados também segurados especiais o pescador artesanal e o índio que exerce a atividade rural e seus familiares normalmente o seguro é inicial é o benefício auxílio-doença sendo que cada 6 meses encontra-se um processo de reavaliação que é feita pela perícia médica e não tendo condições de retorno ao trabalho desta forma então ser-lhe concedido a aposentadoria por invalidez. (SANTOS, TALIANNE. et al., 2012).

5.8 Relação Taxa básica de juros e contratações de empréstimos consignado

No período de março de 1999 o Banco Central vinha fazer a eliminação do antigo sistema de bandas de juros criado no ano de 1996 dando assim a utilização de uma única taxa para sinalizar o que seriam os juros envolvendo toda a economia denominada taxa Selic.

Segundo o COPOM (2022) a taxa SELIC é um instrumento de política monetária primária que é conforme a resolução n° 1.124/96 do CMN e definida sim pela circulares do Banco central do Brasil 2.868/99 e 2.900/99 a taxa de juros média que incide diante os financiamentos diários com um período de dia lastreados por títulos públicos registrado pelo sistema especial de liquidação e custódia dando a forma de operações compromissadas, operações de venda de títulos com o compromisso de recompra efetivado pelo vendedor e conjuntamente com compromisso da revenda feita pelo comprador para que ocorra a liquidação no dia seguinte.

Nesta forma a taxa SELIC é denominada como a taxa básica da economia pois tem a sua utilização em operações entre bancos desta forma com a influência sobre os juros de toda a economia diante disso se origina de taxas de juros efetivamente observadas no mercado e refletem as condições de liquidez envolvendo o mercado monetário.

Já o crédito consignado possui a seguinte denominação, onde segundo Carvalho (2007), os empréstimos são considerados uma forma de crédito em reservas bancárias liberados pelo banco central aos restantes dos bancos, geralmente para que ocorra o atendimento de necessidades episódios das reservas por parte de instituições bancárias.

Realizada pelo meio da medida provisória (MP) 130/2003 com sua subsequente conversão na lei n° 10.820 de dezembro de 2003 (Brasil, 2003), foi criada a modalidade de crédito consignada que posteriormente foi autorizada para funcionários regidos pelo regime de consolidação das leis do trabalho (CLT) diante disso em 2004 através da lei n° 10.953 de 27 de setembro de 2004 foi ampliado também aos aposentados e pensionistas do instituto nacional de seguridade social (INSS).

Tendo o principal objetivo de oferecer um acesso à linha de créditos com taxas de juros mais acessíveis a este público onde também esta lei foi o marco

para o início do aumento de volume de crédito consignado que desde então apresenta um crescimento considerável nos últimos anos no país.

5.8.1 Selic em 2011 e oferta e demanda de Crédito Consignado.

Bacen (2011) afirma em 2011, a atividade que envolvia a economia global após o registro de recuperação acentuado deste ano refletiu no ambiente de elevação dos preços das commodities, que por sinal foi diferente do ano anterior, a intensificação da crise fiscal em países periféricos da área do euro, tensões geopolíticas da região do norte da África e do oriente médio e envolvendo também impactos da economia do forte terremoto do norte do Japão. Vendo-se determinadas situações se observa uma desaceleração importante envolvendo a atividade das principais economias mais antigas com exclusividade da área do euro.

Ainda Segundo os dados do Bacen (2011) a inflação teve um reflexo de uma maneira generalizada com choques das ofertas das commodities observados a partir do segundo semestre de 2010 tendo em seguida um registro viés com alta entre as principais economias desenvolvidas e emergentes diante disso aprofundar assim então os ciclos que envolvem a restrição monetária e fiscal, em que diante destas concordâncias.

O TCU (2011) afirma também referente ao campo de investimentos que, no ano de 2011 a taxa de risco de investimentos apresentou uma queda de 200 pontos até agosto deste ano onde mostrou que o Brasil se tornou atraente para os investidores, no decorrer do segundo semestre a frustração do crescimento esperado do PIB e a sua perspectiva com a elevação acima da média explícita até a inflação do internacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) fizeram com que o indicador se levasse atingindo 286 pontos em trecho topo de 2011 encerrando o ano em 208 pontos.

Segundo Bacen (2011) a economia do Brasil sofreu uma moderação diante da expansão em 2011 logo após ter um crescimento de rigorosidade no ano anterior essa evolução teve-se uma amostra compatível com ações de políticas implementadas desde o final de 2010 e com cenário de deterioração do ambiente econômico internacional em especial a partir do segundo semestre do ano, desta forma o produto interno bruto registrou uma expansão anual de 2,7 %em 2011 antes

7,3 % em 2010, a expansão econômica teve sua sustentação pela demanda doméstica com ênfase dinamismo do consumo das famílias que refletindo as condições favoráveis principalmente ao mercado de trabalho e com a manutenção dos programas governamentais de distribuição de renda registro oitavo crescimento anual consecutivo.

Diante das circunstâncias, o Bacen (2011) afirma que, o IPCA teve um aumento de 6,50% em 2011 variação consistente com os intervalos de dois e meio por cento às 6,5% com a estabilização feita pela CMN no âmbito do regime das metas inflacionárias, demonstra-se também que foi o oitavo ano consecutivo onde a inflação teve um intervalo estipulado e situado junto a CMN, ainda referente ao assunto.

Agencia Nacional de Notícias (2011) afirma que com os valores da inflação seguinte registrou em seus serviços de pesquisa uma apresentação referente aos grupos de produtos e serviços, e demonstrou que teve variação maior do que a do ano anterior, mostrando que o grupo do transporte foi o que demonstrou maior subida que passou de 2,41% para 6,05%, tendo algumas exceções na área da alimentação e bebidas que foi de 10,39% para 7,18% e artigos de residência de 3,53% para 0,00%.

Ainda segundo o site Agencia nacional de notícias(2011), neste mesmo ano também a despesas de transporte se tornaram maiores para o consumidor foram 3,64 pontos percentuais maiores que do outro ano envolvendo o crescimento de preços de vários itens importantes envolvendo o orçamento das famílias, passagens aéreas e preços de combustível como etanol, todavia por decorrência dos preços de alimentos e bebidas terem um crescimento menor, foi o menor grupo que apresentou o maior impacto no ano, a responsabilidade por 23,46% do orçamento das famílias, tendo uma apropriação deste grupo de 1,69 pontos percentuais deste índice, que representou 26% dele. Isso é graças a forte pressão dos alimentos consumidos de fora do domicílio cujo também os preços aumentaram em 10,49% em 2011 seguindo uma alta de 9,81 % em 2010.

Diante dessa situação o cupom realizou oito reuniões ordinárias no mesmo ano conforme assim o calendário preestabelecido onde nas cinco primeiras reuniões avaliando os riscos para consolidação de um cenário inflacionário benigno derivado a elevação dos preços das commodities em seguida do descompasso entre o crescimento da absorção doméstica com a capacidade de expansão da oferta diante

disso o cupom promoveu cinco elevações consecutivas totalizando 175 pontos percentuais na taxa básica de juros fixadas em 12,50 % ao ano em julho.

Bacen (2011) relata também que ocorreram reuniões realizadas em agosto outubro e no mês de novembro, onde o COPOM teve uma avaliação do impacto sobre a inflação dos choques de ofertas registrados na primeira metade do ano e que apresentava riscos derivados da persistência do descompasso entre as taxas de crescimento e da oferta e demanda onde passavam a ocorrer em intensidades decrescentes, diante disso o que se verificavam recursos no nível de utilização envolvendo a capacidade instalada e substancial com a deterioração que envolvia a conjuntura internacional, dessa forma o cupom teve um apoderamento do cenário prospectivo para a inflação que passava acumular sinais que favoreciam três cortes consecutivos totalizando 150 pontos percentuais na taxa do sistema especial de liquidação e custódia SELIC fixada então em 11,0% na reunião de novembro. Observa-se a movimentação da taxa Selic no ano de 2011 na seguinte tabela:

Tabela 1 - Variação da taxa Selic em 2011

Mês de Referência	Meta para a Taxa Selic "Over night"							Meta para a Taxa Selic Ano-calendário			
	Taxas %					Dias úteis		Taxas %			
	Mensal	Anual	Acumulada		Média Geométrica diária	Mês	Ano	Mensal	Anual	Acumulada	
			No ano	Em 12 meses						No ano	Em 12 meses
Dez/2011	0,9189	11,00	11,76	11,80	0,04159	22	251	0,8903	11,00	11,76	11,76
Nov/2011	0,8711	11,50	10,74	11,78	0,04338	20	251	0,8987	11,50	10,77	11,73
Out/2011	0,8927	11,80	9,78	11,72	0,04445	20	251	0,9523	11,81	9,78	11,67
Set/2011	0,9527	12,00	8,81	11,64	0,04516	21	251	0,9358	12,00	8,75	11,58
Ago/2011	1,0851	12,50	7,78	11,53	0,04694	23	251	1,0054	12,50	7,74	11,48
Jul/2011	0,9778	12,33	6,63	11,37	0,04635	21	251	0,9931	12,34	6,67	11,33
Jun/2011	0,9661	12,18	5,60	11,21	0,04580	21	251	0,9481	12,17	5,62	11,17
Mai/2011	0,9983	12,00	4,58	11,03	0,04516	22	251	0,9659	11,98	4,63	10,99
Abr/2011	0,8490	11,82	3,55	10,81	0,04450	19	251	0,9235	11,83	3,62	10,78
Mar/2011	0,9302	11,70	2,68	10,58	0,04410	21	251	0,9455	11,72	2,68	10,53
Fev/2011	0,8531	11,25	1,73	10,41	0,04248	20	251	0,8212	11,25	1,71	10,28
Jan/2011	0,8724	10,94	0,87	10,13	0,04137	21	251	0,8859	10,94	0,89	10,09

Fonte: Banco de dados do portal das finanças, acesso em 2022.

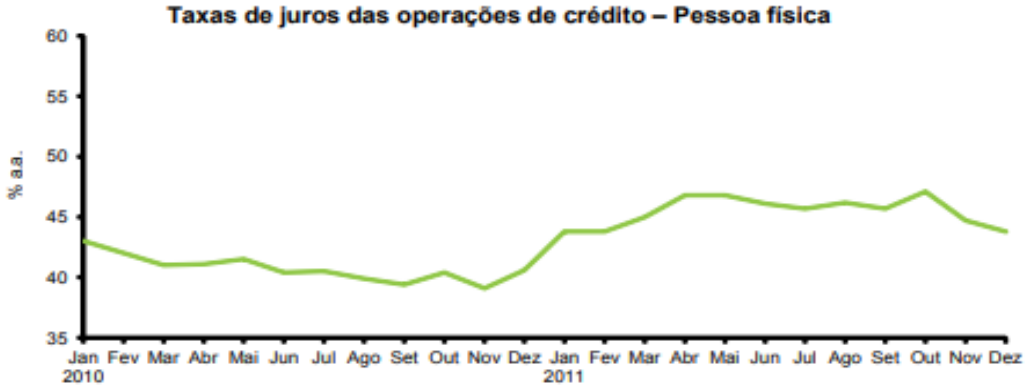
Segundo Banco Central (2011) as operações que envolvem o crédito do sistema financeiro registraram um crescimento moderado em 2011, esta evolução possui como consistência ou arrefecimento com a observação da atividade econômica no decorrer do ano.

Colaboraram ainda para a trajetória mencionada com os impactos envolvendo as medidas macro prudenciais que foram implementadas no período final de 2010 com o objetivo de manter o desenvolvimento sustentável do mercado de crédito e também com a postura mais conservadora do COPOM em suas cinco primeiras reuniões anuais desta forma destaca-se a desaceleração nas contratações na modalidade aquisição de veículos tendo também as operações de créditos com recursos direcionados e registraram o maior dinamismo no período de 2011 como também a evolução associado em especial a contínua expansão dos financiamentos habitacionais.

O Bacen (2011) também afirma que visto também que as operações que envolvem recursos livres somaram cerca de R$1.305 bilhões em dezembro tendo uma elevação de 16,9% no período de 12 meses e passando a corresponder 64,3 do crédito total do sistema financeiro antes 65,4 no final de 2010 contudo as operações contratadas segmentos de pessoa física evidenciando o impacto que envolvia as medidas macro prudenciais adotadas ao final de 2010 experimentaram uma moderação no período elevando-se em 16,3 ante 19,2 em 2010 arrefecimento nas modernidades de financiamento de veículos e de crédito consignado que cresceram na ordem de 23, 5% e 15,1 % ante 49,1 e 28, 1%.

Diante deste fato, apresenta-se a seguinte tabela mostrando a variação da taxa de credito de pessoas físicas no ao de 2011.

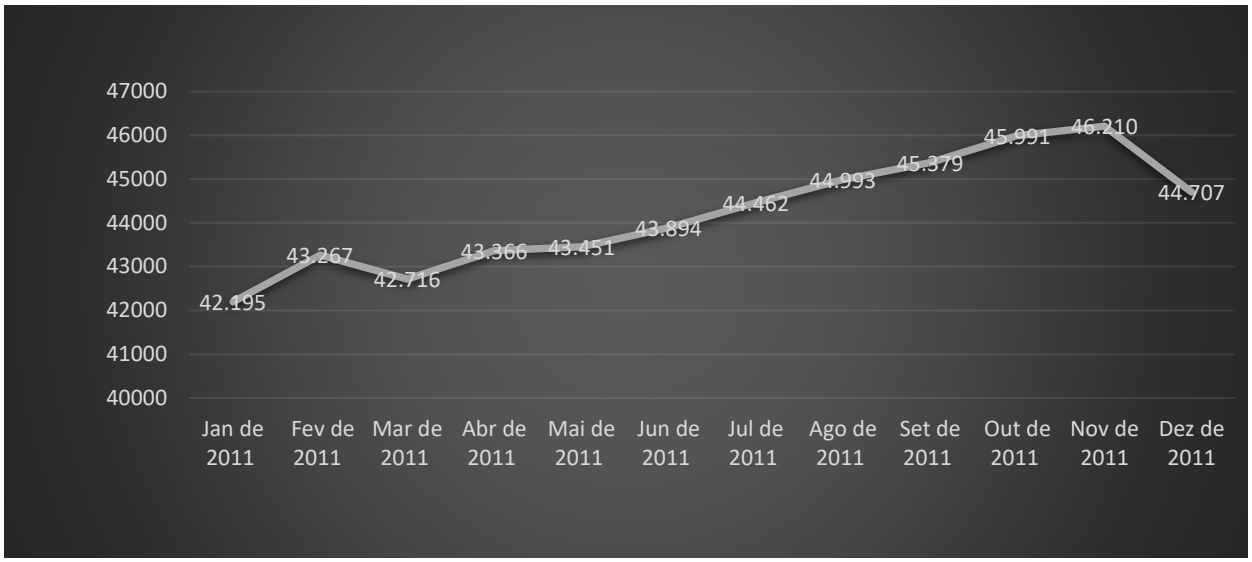
Tabela - 2 Variação da taxa a de juros das operações de crédito Pessoa física 2011



Fonte: Relatório Anual do Banco Central do Brasil em 2011.

No decorrer dos períodos, o crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS demonstraram uma significativa evolução, como citado pelos dados emitidos pelo relatório do Banco Central, observa-se uma evolução no nível de contratações de credito, no decorrer das variações das taxas de credito que, por relação mútua, apresenta um aumento nos valores de contratação emitidos pelos bancos, seguindo a tabela a seguir mostrando a evolução de créditos contratados e valores emitidos dos cofres de bancos do pais:

Tabela 3 - Saldo da Carteira de Crédito com Recursos Livres - Pessoas Físicas - Crédito Pessoal Consignado para Aposentados e Pensionistas do INSS: 2011



Fonte: Relatório Anual do Banco Central do Brasil, acesso em 2022.

Apresentando diante os fatos, observa-se uma elevação no número de contratações no decorrer dos meses do ano com relação a variação da taxa Selic com a taxa de credito de pessoa física, que em meados de janeiro de 2011 os valores contratados apresentavam R$ 42.195 milhões de reais, que teve sua alta em novembro do mesmo ano de R$ 46.210 milhões de tendo uma baixa de R$ 44.707 milhões no final do ano apurados pelo Banco Central.

5.8.2 Selic em 2012 oferta e demanda de Crédito Consignado.

O Relatório do Bacen (2012) afirma que no período de 2012 ocorreram várias atividades econômicas mundiais que desencadeou o desaceleramento do período ressaltado ocorreu-se também o agravamento da crise fiscal bancária e política na Europa como também a redução dos ritmos da recuperação econômica nos Estados Unidos também impactando o aumento da aversão ao risco dos mercados financeiros. Teve-se também a subciência a breve recuperação registrada nos Estados Unidos, Reino Unido e China no terceiro trimestre também com relação à atividade global que voltou a arrefecer nos meses finais do ano inclusive nos Estados Unidos que também teve uma instalação importante em passe político decorrendo na tentativa da superação do denominado abismo fiscal (Fiscal Cliff). Onde a relação ao lado da

Europa diferente ou diferente do Banco Central Europeu (BCE) tornou-se uma política monetária mais incomodativa e anunciou também a defesa incondicional do Euro com processo recessivo em curso no bloco que teve uma intensificação no final do ano. (Relatório do Banco Central do Brasil, 2012).

Já na região brasileira, todavia a atividade registrada um menor dinamismo o PIB teve aumento de 0,9 em 2012 antes 2,7% em 2011 e 7,5% em 2010, ocorrendo assim uma intensificação no ritmo de crescimento da economia ao longo do ano. Seguindo essa mesma linha a demanda doméstica seguiu sendo a principal fonte da economia e sendo um dos principais suportes com uma ênfase no desempenho do consumo das famílias tendo a sustentação diante da expansão e ainda que moderada do crédito e pelo vigor do mercado de trabalho.

Segundo a Agência Nacional de Notícias (2012) diante do PIB apresentado neste ano a formação bruta que envolve o capital fixado possui um registro de redução de 4,5, em relação ao a igual período do ano anterior, sendo atrelada pela queda da produção que envolve o sistema interno de máquinas e com equipamentos.

As despesas que envolvem o consumo do sistema de administração pública por sua vez tiveram um crescimento acima de 3,1% na comparação com o mesmo período de 2011 já pelo lado da demanda externa tanto as exportações que teve o valor de 2,1% de aumento quanto as importações e serviços 0,4% apresentaram neste ponto um aumento.

Neste mesmo ano o Copom realizou oito reuniões em 2012, anexando assim nas sete primeiras cortes na taxa SELIC que passou de 11% a.a., final de 2011 para 7,25% a a., em outubro.

Quando se teve a reunião de novembro considerando também o balanço de riscos para inflação a recuperação da atividade doméstica e a complexidade que envolve também o ambiente internacional o comitê compreendeu que a estabilidade das condições monetárias por um período de tempo prolongado constituía a estratégia mais adequada que garantisse a convergência da inflação para a meta mesmo que de uma forma não linear.

Desta forma, segundo o Banco Central (2012) o COPOM decidiu por unanimidade e manter a taxa SELIC em 7,25% a.a., sem viés. Nesta mesma situação a variação do IPCA atingiu 5,84% em 2012 tendo-se situado no intervalo de dois e meio por cento a seis e meio por cento estabelecido pelo conselho monetário nacional (CMN), onde também para este mesmo ano no âmbito do regime de método da

inflação vale ressaltar que a inflação se situa no intervalo estipulado pelo conselho monetário nacional pelo nono ano em sequência. A seguir observa-se a atividade e variação da taxa Selic no ano de 2012:

Tabela 4 - Variação da taxa Selic em 2012

Taxas SELIC - Mensal - Anual - Acumulada - 2012											
Mês de Referência	Meta para a Taxa Selic "Over night"							Meta para a Taxa Selic Ano-calendário			
	Taxas %					Dias úteis		Taxas %			
	Mensal	Anual	Acumulada		Média Geométrica diária	Mês	Ano	Mensal	Anual	Acumulada	
			No ano	Em 12 meses						No ano	Em 12 meses
Dez/2012	0,5593	7,25	8,63	8,63	0,02789	20	251	0,5946	7,25	8,62	8,62
Nov/2012	0,5593	7,25	8,03	9,02	0,02789	20	251	0,5754	7,25	7,98	8,94
Out/2012	0,6228	7,34	7,43	9,36	0,02823	22	251	0,6010	7,33	7,36	9,29
Set/2012	0,5489	7,50	6,76	9,75	0,02882	19	251	0,5946	7,50	6,72	9,67
Ago/2012	0,7040	7,96	6,18	10,09	0,03051	23	251	0,6514	7,97	6,09	10,05
Jul/2012	0,6917	8,18	5,44	10,51	0,03134	22	251	0,6680	8,18	5,40	10,43
Jun/2012	0,6522	8,50	4,71	10,88	0,03251	20	251	0,6709	8,50	4,71	10,79
Mai/2012	0,7564	8,98	4,04	11,17	0,03426	22	251	0,7333	9,01	4,01	11,10
Abr/2012	0,7221	9,45	3,25	11,44	0,03598	20	251	0,7436	9,46	3,25	11,35
Mar/2012	0,8325	9,92	2,51	11,63	0,03707	22	251	0,8042	9,92	2,49	11,55
Fev/2012	0,7587	10,50	1,67	11,69	0,03979	19	251	0,7943	10,50	1,67	11,71
Jan/2012	0,9026	10,80	0,90	11,79	0,04085	22	251	0,8717	10,79	0,87	11,74

Fonte: Banco de dados do portal das finanças, acesso em 2022.

O Relatório do Banco Central (2012) diz que crédito também seguiu mostrando uma moderação em 2012 com uma expansão das operações teve-se também o movimento consistente que movia uma trajetória de convergência do ritmo do crescimento para taxa sustentáveis no longo prazo.

O mercado de crédito teve um registro de especialidade na redução das taxas de juros que chegaram a um patamar de valores mínimos históricos que teve um favorecimento com a redução do grau de comprometimento de renda das famílias e a contestação a partir do em meados do ano dos índices de inadimplência.

Mostrando nesta mesma posição o saldo dos empréstimos com recursos livre somou R$ 1.399 bilhões (31,7% do PIB), no mês de dezembro elevando-se em 13,6% no ano e tendo uma passagem a representar 59,1% do total de crédito do sistema financeiro antes 60,6% em 2011.

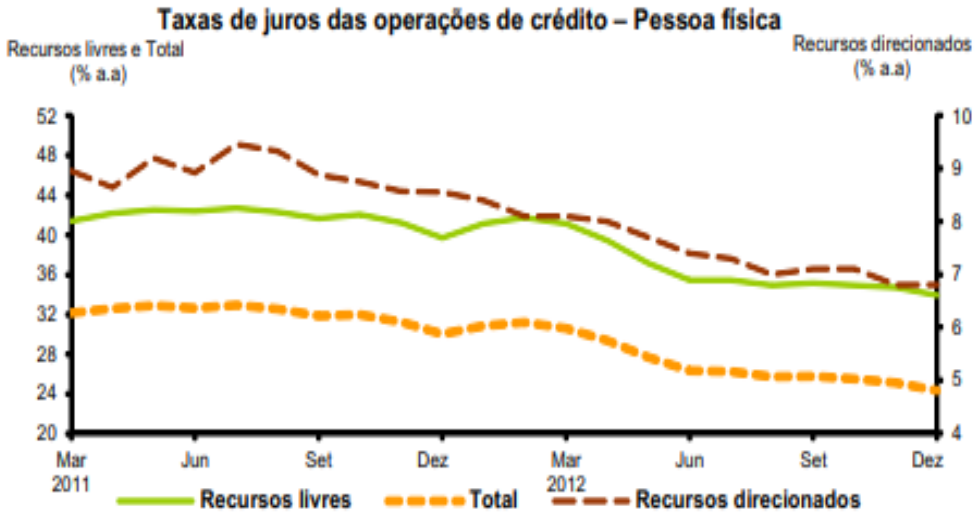
Tendo também os empréstimos a pessoas físicas estipuladas pelo dinamismo das modalidades de crédito consignado cartão de crédito à vista e aquisição de veículos que serem 10,2% para R$693 bilhões. Já a taxa média de juros envolvia as operações de crédito em trajetória declinante deste mês de março recuou

em 4,8 p.p. no ano, situando-se em 18,0% a.a. em dezembro. Teve também ocorrências de retrações respectivas de 5,8 p.p. e 2,3 p.p.

Nos segmentos de recursos livres direcionados nos quais as taxas atingiram na ordem 25,3% a.a. e 7% a.a. mostrando esses fatos a taxa média de juros que envolve as operações com pessoas físicas atingiu 24,3% a.a. em dezembro o decréscimo anual de 5,7 p.p. no ano teve um reflexo com os respectivos de 5,8% p.p. e 1,8 p.p. nos segmentos e recursos livres e nos recursos direcionados que registraram uma ordem nas taxas de 33,9% a.a. e 6,8% maior.

No âmbito que envolvia as operações com recursos livres tem-se um destaque com as reduções das modalidades de cheque especial de crédito e renegociado e crédito pessoal enquanto os recursos direcionados sobre saiam os recursos respectivos. (Banco Central do Brasil, 2012).

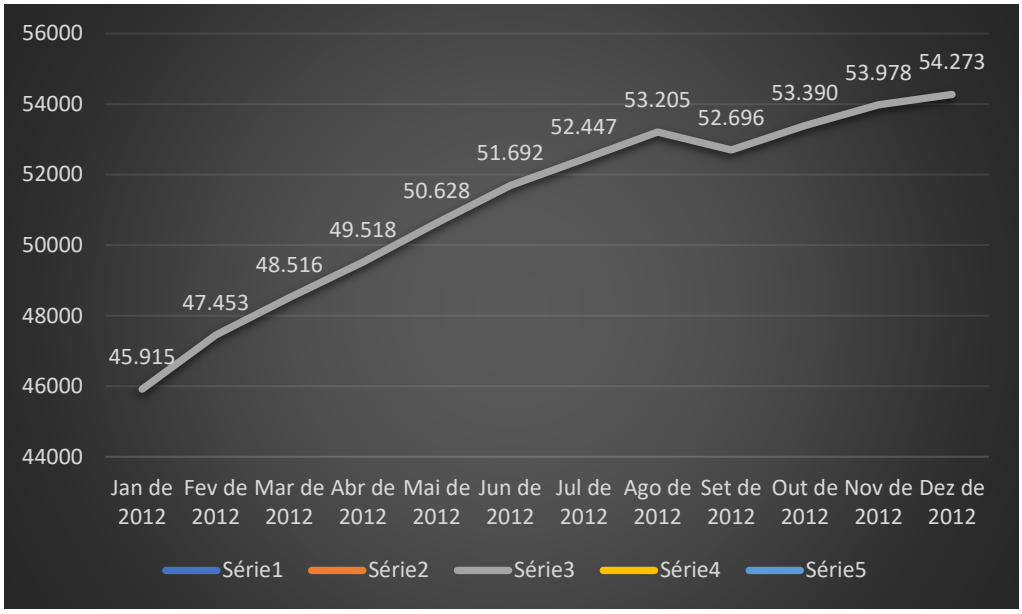
Tabela 5 - Variação da taxa a de juros das operações de crédito Pessoa física em 2012.



Fonte: Relatório Anual do Banco Central do Brasil em 2012.

Com índices positivos variação da Selic com a manutenção da taxa reduzida, e com um valor de credito pessoal mais acessível, o nível de contratação do credito consignado teve um aumento significativo nos anos de 2012, que apresentou uma elevação nos valores de credito liberado, mediante as circunstâncias de redução do nível de inadimplência e valores de taxas mais acessíveis que pode ser observado na seguinte tabela com os valores levantados pelo Bacen do ano de estudo:

Tabela 6 - Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS:2012



Fonte: Banco Central do Brasil, aceso em 2022.

5.8.3 Selic em 2013 oferta e demanda de Crédito Consignado.

Em 2013 houve uma grande recuperação da economia mundial que refletiu um desempenho melhor nas economias mais maduras que teve destaque para os Estados Unidos da América e o Reino Unido e tendo também uma grande retomada do crescimento da área do euro.

Nessas economias os índices inflacionários tiveram um patamar inferior ao Horizonte para a política monetária dos respectivos bancos centrais e teve um posicionamento com as taxas de juros nos menores níveis históricos também se observou desempenho das economias emergentes no decorrer dos interesses esteve alguém das projeções iniciais evolução associada em parte as oscilações registradas nos mercados financeiros durante o ano.

As incertezas também relacionadas a antecipação do início da normalização da política monetária dos Estados Unidos traduzir o também em meados de maio a

setembro em aumento da volatilidade dos mercados e das taxas de juros de longo prazo este movimento teve uma negatividade e afetou os influxos de capital para as economias emergentes o impacto sobre a depreciação que houve as respectivas moedas em relação ao dólar dos Estados Unidos. (Relatório Anual do Banco Central do Brasil, 2013).

Neste cenário teve a maior incerteza ou vermo-nos e autoridades monetárias de economias emergentes adotaram medidas para limitar as exposições de suas economias a moedas estrangeiras. Já no Brasil onde a atuação do Bacen no mercado de câmbio atenuou o impacto desse ambiente adverso sobre a demanda por hedge, todavia o balanço de pagamentos apresentasse um déficit de U$5,9 bilhões no ano, para os 12 anos consecutivos de resultados positivos persistiu o ingresso consistente de capitais estrangeiros.

A retomada de atividades no período de 2013 evidenciada pelo crescimento anual de 2,3% do PIB foi sustentada em especial pelo desempenho envolvendo a agropecuária tendo destaque na produção de soja cana-de-açúcar milho e trigo e a expansão de abates bovinos e aves vale ressaltar adicionalmente os resultados anuais favoráveis que envolvem a indústria e do setor de serviços.

Já na relação da taxa SELIC o cupom neste mesmo ano realizou oito reuniões mantendo a SELIC em 7,25% nas duas primeiras elevando-se a 0,25 pontos percentuais na terceira reunião e 0,50 pontos percentuais nas demais nas reuniões que envolvia o mês de janeiro e março destacou-se também o balanço de rifles para a inflação que apresentara uma piora no curto prazo e que a recuperação da atividade doméstica tinha sido menos intensa do que havia sido esperada nem como certa complexidade que envolvia um ambiente internacional. (Relatório Anual do Banco Central do Brasil, 2013).

Já na reunião de abril o cupom avaliou que o nível de inflação e a dispersão de aumentos de preços contribuiu também para a inflação que demonstrasse uma resistência ensejavam uma resposta política monetária poderão também com incertezas internas e principalmente externas que tinha um certo cenário prospectivo para a inflação e recomendava que a política manteria fosse administrada com cautela desta forma o cupom então decidiu levar a SELIC para 7, 50% a.a. sem víeis, onde é apresentado os dados da Selic deste ano na tabela a seguir. (Relatório Anual do Banco Central do Brasil, 2013).

Assim na reunião de outubro e de dezembro uma levada a variação dos índices de preço ao consumidor nos últimos 12 meses envolvendo-se também mecanismos formais e informais de indexação a percepção dos agentes econômicos envolve a dinâmica da inflação teve uma contribuição para que ocorresse o processo inflacionário e ainda demonstrasse muita resistência desta forma o cupom entendeu ser apropriada a quantidade do ritmo de ajuste das condições monetárias e dando o prosseguimento da taxa básica de juros desta forma decidiu deixar lá a mesma elevada para 9,5% ao ano e 10% ao ano sem viés as reuniões mencionadas. (Relatório Anual do Banco Central do Brasil, 2013).

Tabela 7- Variação da taxa Selic em 2013

Taxas SELIC - Mensal - Anual - Acumulada - 2013

Mês de Referência	Meta para a Taxa Selic "Over night"							Meta para a Taxa Selic Ano-calendário			
	Taxas %					Dias úteis		Taxas %			
	Mensal	Anual	Acumulada		Média Geométrica diária	Mês	Ano	Mensal	Anual	Acumulada	
			No ano	Em 12 meses						No ano	Em 12 meses
Dez/2013	0,7942	10,00	8,29	8,29	0,03768	21	253	0,8128	10,00	8,29	8,29
Nov/2013	0,7236	9,55	7,44	8,07	0,03606	20	253	0,7525	9,55	7,42	8,05
Out/2013	0,8157	9,35	6,67	7,86	0,03533	23	253	0,7624	9,35	6,61	7,86
Set/2013	0,7179	9,00	5,80	7,66	0,03407	21	253	0,7108	9,00	5,81	7,69
Ago/2013	0,7156	8,55	5,05	7,51	0,03242	22	253	0,6991	8,55	5,06	7,57
Jul/2013	0,7297	8,33	4,30	7,47	0,03162	23	253	0,6825	8,34	4,33	7,52
Jun/2013	0,6102	8,00	3,55	7,46	0,03042	20	253	0,6346	8,00	3,62	7,50
Mai/2013	0,6039	7,52	2,92	7,47	0,02868	21	253	0,6187	7,53	2,97	7,54
Abr/2013	0,6188	7,35	2,30	7,63	0,02805	22	253	0,5769	7,25	2,34	7,66
Mar/2013	0,5548	7,25	1,67	7,82	0,02767	20	253	0,5962	7,25	1,74	7,83
Fev/2013	0,4992	7,25	1,11	8,08	0,02767	18	253	0,5384	7,25	1,14	8,08
Jan/2013	0,6105	7,25	0,61	8,32	0,02767	22	253	0,5962	7,25	0,60	8,33

Fonte: Banco de dados do portal das finanças, acesso em 2022.

Diante dessas circunstâncias o crescimento das operações de créditos temos financeiro nacional moderou em 2013 com a relação observada do ano anterior a ênfase nas desacelerações do segmento de recursos livres que teve um reflexo com o impacto da elevação da taxa de juros sobre as contratações destinadas ao consumo. As operações que envolvem os recursos adicionados foram impulsionadas em 2013 pelo dinamismo do crédito rural e pelas manutenções do ritmo de crescimento dos financiamentos imobiliários e dos recursos do BNDES também vale ressaltar que o mercado de crédito apresentou ao longo do ano aumento das taxas de juros e dos prazos médios seleções é a redução do Springs da inadimplência. (Relatório Anual do Banco Central do Brasil, 2013).

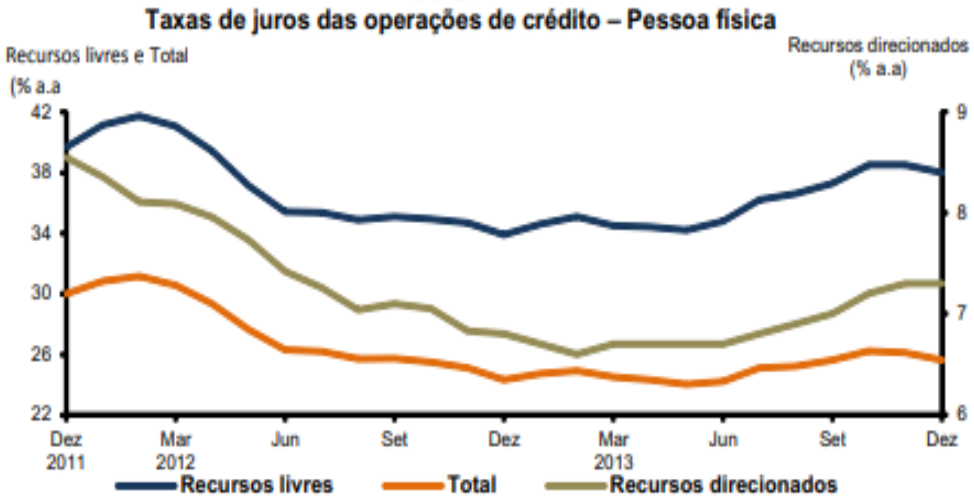
Segundo o Bacen (2013) Nesse contexto houve um salto nas operações de credito financeiro computados em operações de recursos livres e direcionados onde teve uma soma de R$2.715 bilhões em dezembro tendo um aumento de 14,7% no ano (16,4% em 2012 e 18,8% em 2011). A razão que levou essa situação crédito PIB atingiu 56,1% 53,9% e 49,1% aos mesmos períodos.

Os saldos totais do crédito destinados às pessoas jurídicas e as pessoas físicas somaram um total de R$ 1.464 bilhões e R$ 1.251 bilhões em dezembro de 2013, uma elevada de ordem de 13,3% e 16,3% no ano.

Uma correspondência de 56,6% da carteira sendo financeiro onde as operações de crédito com recursos livres tiveram uma grande responsabilidade neste momento cerca de 31,2% do PIB que totalizou um valor de R$1.509 bilhões em dezembro elevando-se em 7,8% no ano (13,5% em 2012), onde a carteira das pessoas físicas somou um valor de R$745 bilhões um aumento anual de 7,6%. Tendo destaque no arrefecimento em relação à expansão de 10,2%. Assinalada em 2012 que refletiu em parte uma redução de 0,2%. No saldo da modalidade financiamentos de veículos e menor ritmo de crescimento no crédito pessoal.

Dando também um aprofundamento no assunto os juros das operações de crédito sistema financeiro atingiu a casas dos 19,7% em dezembro crescimento anual de 1.7 pontos percentuais em linha com a trajetória da taxa básica de juros que decorreu de elevação respectiva de 3,7 pontos percentuais e 0,5 pontos percentuais nas taxas básicas segmentos de recursos livres e direcionados que atingiram 29,0%, e 7,5% respectivamente. Observa-se as movimentações das taxas de credito no ano de 2013 a seguir.

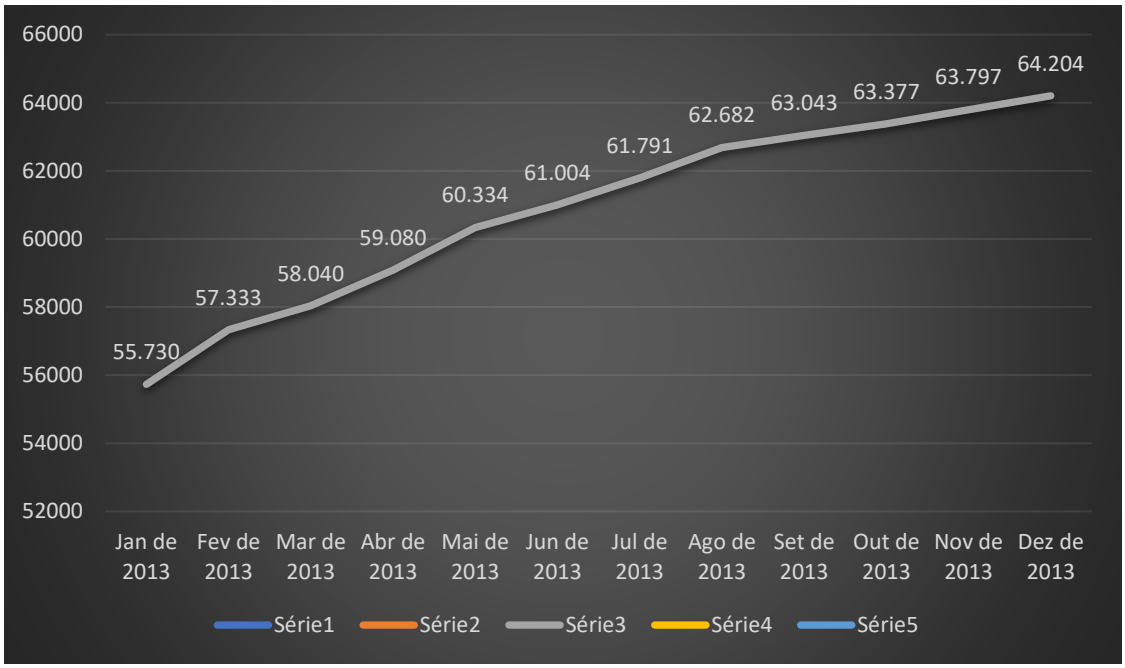
Tabela 8 - Variação da taxa a de juros das operações de crédito Pessoa física em 2013.



Fonte: Relatório Anual do Banco Central do Brasil em 2013.

Desta forma, tendo uma boa relação das taxas de crédito e um nível positivo de agregados financeiros da economia de 2013, os índices de valores de crédito do empréstimo consignado de aposentados e pensionistas do INSS teve uma grande contribuição para os valores mostrados, pois apresentando uma taxa positiva de credito, os valores contratados e emitido pelos bancos deste ao público em questão apresentou um grau maior em comparação ao ano anterior, observado na tabela a seguir:

Tabela 9 - Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS: ano de 2013.



Fonte: Banco Central do Brasil, aceso em 2022

Em comparação a 2012, os índices de contratações tiveram um salto maior, de janeiro, maior que de dezembro do ano anterior, de R$54 milhões para R$55 milhões, um milhão a mais que no ano anterior, pois seguindo a linha de credito e a taxa básica em um período de diminuição, deram maior oportunidade a população a adquirir um credito melhor e de taxa mais acessível.

5.8.4 Selic em 2014 oferta e demanda de Crédito Consignado.

Segundo Bacen (2014), houve um registro abaixo do desempenho potencial neste mesmo ano, a trajetória repercutiu em grande parte com impacto que foi exercido, com a retomada modesta da aditividade global junto com a desaceleração da atividade interna sobre indicadores de confiança de empresários e consumidores. Nesta classe, o exame dos condicionantes da oferta interna mostra resultados relativamente positivos, diante do setor agropecuário, com o impulso recorde da safra de grãos, e pela expansão do abate de aves e suínos, e na área de serviços grande

parte foi neutralizada, com a retração de atividade industrial, vale também lembrar que o recuo anual de 3,1% , na produção física da indústria em 2014 deve uma retração 4,2% na indústria de transformação, envolvendo os componentes de demanda, a desaceleração.

Já o PIB brasileiro cresceu 0,1% neste ano, segundo a CNT do IBGE em valores correntes o PIB a preço de mercado atingiu R$ 5,687 trilhões o exame dos condicionantes das demandas, demonstraram que componentes domésticos contribuíram com 0,1 p.p , para a evolução anual do PIB enquanto no setor externo teve um impacto nulo, no quesito da demanda interna ressalta-se o recuo de 4,5% na FBCF, que depois de registrar desempenho robusto em 2013, teve uma repercussão no impacto da desaceleração da atividade interna .

O consumo das famílias e o consumo do governo aumentarem em 1,3 % e 1,2% respectivamente, a contribuição nula do setor externo refletiu recuos de 1,1% nas exportações e de 1,0% nas importações. (Relatório Anual do Banco Central do Brasil, 2014).

Na análise apresentada dos determinantes de oferta mostram que o setor de serviços teve o registro de crescimento anual de 0,4% impulsionados pelas atividades serviços e informação (4,7%) e de serviços de transportes armazenagem Correios (2,1%).

Diante da política monetária a variação do IPCA atingiu 6,41% 2014 pela décima primeira vez consecutiva no intervalo estabelecido pelo CMN no âmbito do regime de metas inflacionárias, no ano o cupom realizou 8 reuniões tendo um elevado nível da taxa básica de juros de 10% ao ano em dezembro de 2013 para 11,77% ao ano no final de 2014.

Segundo Bacen (2014), houve um registro abaixo do desempenho potencial neste mesmo ano, a trajetória repercutiu em grande parte com impacto que foi exercido, com a retomada modesta da atividade global junto com a desaceleração da atividade interna sobre indicadores de confiança de empresários e consumidores. Nesta classe, o exame dos condicionantes da oferta interna mostra resultados relativamente positivos, diante do setor agropecuário, com o impulso recorde da safra de grãos, e pela expansão do abate de aves e suínos, e na área de serviços grande parte foi neutralizada, com a retração de atividade industrial, vale também lembrar que o recuo anual de 3,1% , na produção física da indústria em 2014 deve uma retração

4,2% na indústria de transformação, envolvendo os componentes de demanda, a desaceleração.

Já o PIB brasileiro cresceu 0,1% neste ano, segundo a CNT do IBGE em valores correntes o PIB a preço de mercado atingiu R$ 5,687 trilhões o exame dos condicionantes das demandas, demonstraram que componentes domésticos contribuíram com 0,1 p.p , para a evolução anual do PIB enquanto no setor externo teve um impacto nulo, no quesito da demanda interna ressalta-se o recuo de 4,5% na FBCF, que depois de registrar desempenho robusto em 2013, teve uma repercussão no impacto da desaceleração da atividade interna .

O consumo das famílias e o consumo do governo aumentarem em 1,3 % e 1,2% respectivamente, a contribuição nula do setor externo refletiu recuos de 1,1% nas exportações e de 1,0% nas importações. (Relatório Anual do Banco Central do Brasil, 2014).

Na análise apresentada dos determinantes de oferta mostram que o setor de serviços teve o registro de crescimento anual de 0,4% impulsionados pelas atividades serviços e informação (4,7%) e de serviços de transportes armazenagem Correios (2,1%).

Diante da política monetária a variação do IPCA atingiu 6,41% 2014 pela décima primeira vez consecutiva no intervalo estabelecido pelo CMN no âmbito do regime de metas inflacionárias, no ano o cupom realizou 8 reuniões tendo um elevado nível da taxa básica de juros de 10% ao ano em dezembro de 2013 para 11,77% ao ano no final de 2014.

Tabela 10 - Variação da taxa Selic em 2014.

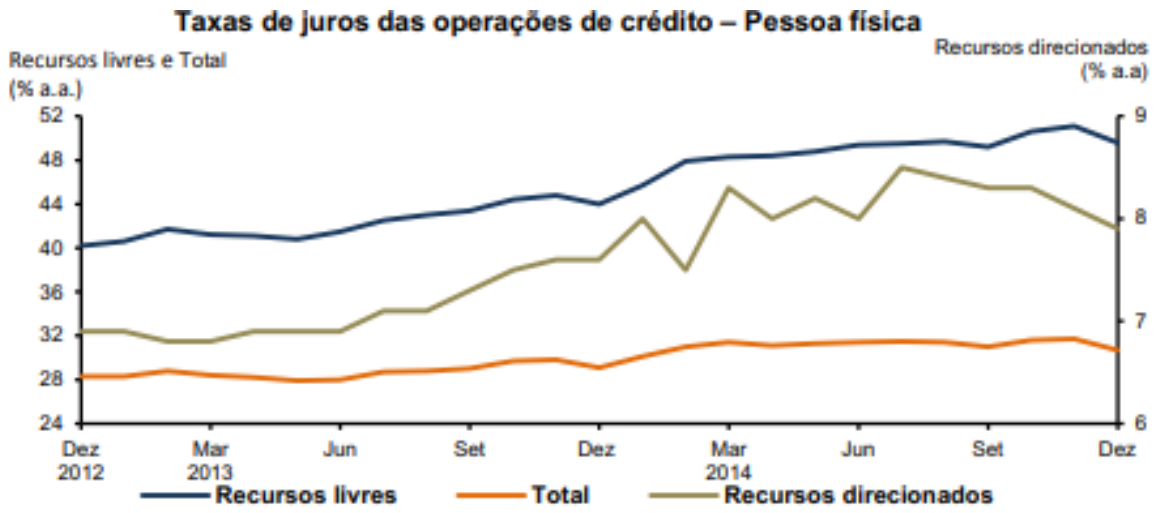
Taxas SELIC - Mensal - Anual - Acumulada - 2014											
Mês de Referência	Meta para a Taxa Selic "Over night"							Meta para a Taxa Selic Ano-calendário			
	Taxas %					Dias úteis		Taxas %			
	Mensal	Anual	Acumulada		Média Geométrica diária	Mês	Ano	Mensal	Anual	Acumulada	
			No ano	Em 12 meses						No ano	Em 12 meses
Dez/2014	0,9653	11,68	10,96	10,96	0,04368	22	253	0,9443	11,70	10,96	10,96
Nov/2014	0,8463	11,25	9,90	10,81	0,04215	20	253	0,8801	11,25	9,92	10,81
Out/2014	0,9550	11,02	8,98	10,64	0,04133	23	253	0,8915	11,02	8,96	10,67
Set/2014	0,9116	11,00	7,94	10,48	0,04126	22	253	0,8614	11,00	8,00	10,53
Ago/2014	0,8700	11,00	6,97	10,31	0,04126	21	253	0,8903	11,00	7,08	10,37
Jul/2014	0,9532	11,00	6,05	10,10	0,04126	23	253	0,8903	11,00	6,13	10,16
Jun/2014	0,8284	11,00	5,05	9,86	0,04126	20	253	0,8614	11,00	5,19	9,93
Mai/2014	0,8700	11,00	4,18	9,65	0,04126	21	253	0,8614	10,63	4,27	9,68
Abr/2014	0,8266	10,97	3,28	9,33	0,04117	20	253	0,8602	10,98	3,38	9,39
Mar/2014	0,7697	10,75	2,44	9,11	0,04037	19	253	0,8710	10,75	2,49	9,09
Fev/2014	0,7942	10,52	1,65	8,87	0,03956	20	253	0,7701	10,52	1,61	8,79
Jan/2014	0,8539	10,27	0,85	8,56	0,03866	22	253	0,8328	10,26	0,83	8,54

Fonte: Banco de dados do portal das finanças, acesso em 2022.

Diante de todas essas informações as operações de crédito do sistema financeiro apresentar o menor dinamismo em 2014 em especial no segmento de recursos livres ela foi direcionada e impulsionada pelas contrações de pessoas jurídicas para investimento pela sustentação do crédito imobiliário a evolução das condições gerais de mercado de crédito em 2014 caracterizou-se por aumento das taxas de juros, spreads e nos prazos médicos de contratações e pela manutenção do cumprimento favorável dos índice de inadimplência.

No final do ano o saldo de operações de crédito financeiro somou R$ 3.018 bilhões no mês de dezembro aumento de 11,3% em relação a 2013 a relação de crédito/PIB atingiu 53,1% antes 51,0% em 2013 e as carteiras de crédito de pessoa jurídicas e de pessoas físicas somaram R$1.412 bilhões respectivamente, elevando-se na ordem de 9,5% e 13,3% no ano, que segundo a tabela a seguir, mostra a variação da taxa de credito para pessoas físicas do seguinte ano:

Tabela 11: Variação da taxa a de juros das operações de crédito Pessoa física em 2014

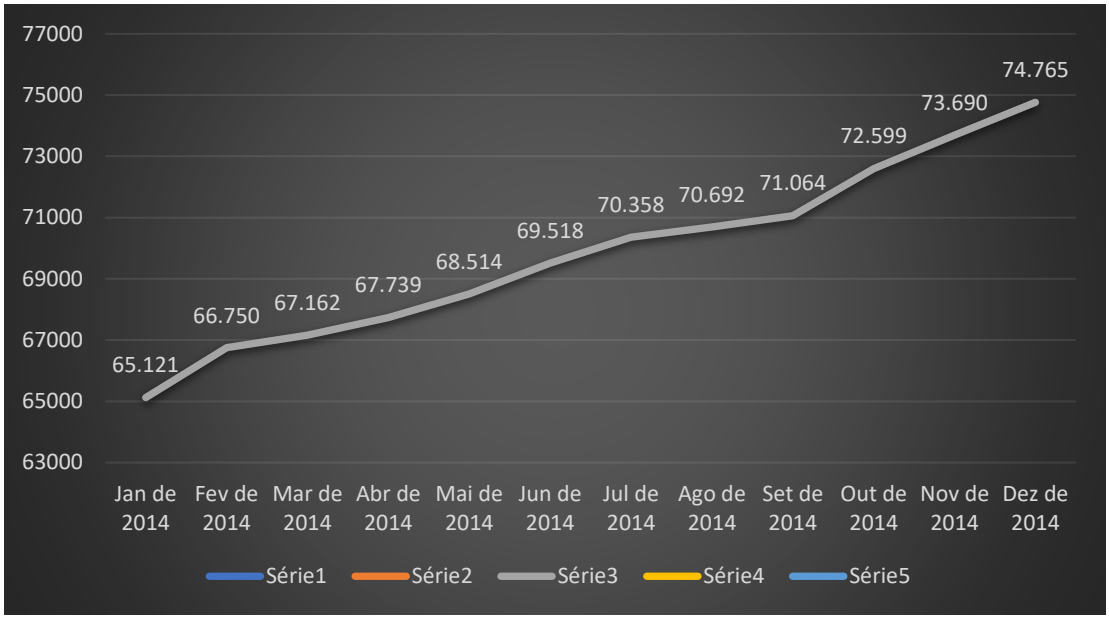


Fonte: Relatório Anual do Banco Central do Brasil em 2012.

Tendo também uma consideração diante do segmento de pessoa física a taxa média de juros atingir um patamar de 30,7%, em dezembro dessa maneira a taxa relativa aos empréstimos com recursos livres citou-se em 49,6%. Ressaltando aumento de 5,6 pontos percentuais refletiu que especial as elevações das modalidades pessoal não consegui nada um problema especial, já os empréstimos com recursos direcionados atingiu 7,9% variação anual de 0,3 pontos percentuais encruzilhada pela parte pelos momentos nas taxas de crédito rural e imobiliária.

Com um aumento no volume das taxas de credito, os índices de contratação de empréstimo consignado manteve-se em alta, uma comparação bem mais nítida em relação ao ano anteiro, com a facilidade de contratação e fácil acesso ao credito, muitos aposentados e pensionistas mais uma vez utilizaram deste capital para seu uso, que consequentemente ajudou a manter os bons níveis de contratações de recursos livres de credito, onde segundo a tabela a seguir, demonstra esse número de elevações nos índices de contratações e emissões de credito:

Tabela 12 - Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS: ano de 2014.



Fonte: Banco Central do Brasil, aceso em 2022

Observa-se que os valores superam os de 2013, que fica nítido a quantidade contratada mais detalhada pela tabela com os valores. Com os índices de aumento das taxas ao longo do ano decorrente ao aumento dos índices econômicos atrelados a Selic, mostra que a força de contratação se mostrou positiva, aumentando crescentemente pelos meses acompanhados. Em janeiro para fevereiro de 2014, mostra um salto de R$ 2 Milhões de reais contratados, onde janeiro ponderou em R$ 65 milhões contratados, contra acima de R$ 67 milhões contratados, e no passar do ano chegando ao patamar de R$75 milhões, desta forma descrevendo a força dos índices de contratação não temendo as latas taxas de credito neste ano.

5.8.5 Selic em 2015 oferta e demanda de Crédito Consignado.

Em 2015 a economia do mundo tinha sido uma trajetória de expansão moderada com despeito de arrefecimento registrado no final do período com as economias dos Estados Unidos da América e do Reino Unido mostrar o maior dinamismo do que as demais economias maduras registrou-se uma persistência na

retomada progressiva da atividade na área do ouro com a manutenção que envolve resultados negativos da economia do Japão.

Entre as principais economias emergentes mostra-se o desempenho favorável da Índia constatando com as continuidades da desaceleração da China e com os desempenhos inferiores as fases da economia da Rússia Brasil e África do Sul e entre as outras.

Com as incertezas associadas ao início e ao ritmo do processo de normalização da política monetária Americana a deterioração, que envolve a perspectiva do crescimento global com declínio dos preços das commodities o risco de materialização do cenário deflacionário em economias maduras com relação também as turbulências dos mercados cambiais e essa análise na China traduzido assim uma valorização do dólar um aumento na versão ao risco de mercado financeiro envolvendo também impactos adversos sobre a precificação de ativos em especial das economias emergentes.

Já no Brasil os impactos adversos sobre a precificação de ativos mencionados anteriormente além da desidratação do crescimento da economia da China os preços de commodities com participação relevantes na total exportadora brasileira e da redução de notas de crédito sobrenome no Brasil repercutir na trajetória da taxa de câmbio no decorrer 2015.

A retratação registrada na economia do Brasil em 2015 repercutiu os impactos negativos da crise de confiança dos agentes econômicos e do processo de ajustes macroeconômicos no país no ambiente o PIB recuou 3,8% no ano anterior uma trajetória determinada pelos desempenhos negativos com a indústria e no setor de serviços.

Já na agropecuária vivenciando o impacto da safra do grão recorde observado no país exerceu contribuição positiva para a evolução anual do PIB 2015. Com PIB recuando a 3,8% em 2015 o acordo com as contas nacionais trimestrais do IBGE o PIB a preço de mercado atingiu o patamar de R$ 5,904 bilhões onde pela ótica da demanda indica que o componente doméstico contribuiu com -6,5% pontos percentuais para evolução anual do PIB resultado que decorre do recuos na FBCF (14,1%), no consumo das famílias (4,0%) e no consumo do governo ((1,0%) a contribuição dos setores externos repercutindo a variação de 6,1% nas exportações e de negativos 14,3% nas importações atingiram 2,7 pontos percentuais. Já com relação às políticas monetárias o comitê de política monetária realizou 8 reuniões em 2015

elevando a taxa básica de juros de 11,75 ao ano em dezembro 2014 para 14,25 ao final do ano de 2015.

O COPOM considerou na reunião de janeiro em relação demonstrava-se em um patamar elevado por decorrência a de dois importantes processos de ajuste de preços relativos na economia que seriam o realinhamento dos preços domésticos em relação aos internacionais e realinhamento dos preços administrativos em relação aos livres.

O comitê considerou ainda desde a sua última reunião os fatores que intensificaram esses ajustes tornou o balanço de risco para a inflação menos favorável também teve o reconhecimento que os processos de ajustes dos preços relativos possuem impactos diretamente relacionados à inflação e que a política monetária pode e deve conter defeitos da segunda ordem deles decorrentes e decidiu então por unanimidade elevar a taxa em 0,50 pontos percentuais para 12,25 % ao ano, já na reunião de março o cupom considerou a preços relativos da economia que fazem com que a inflação eleve no curto prazo e tende a permanecer elevado de 2015 desta maneira houve-se mais um aumento da SELIC em 0,50 pontos percentuais para 12,75% ao ano sem viés. Já na reunião de abril maio e julho o fato da inflação se encontrar em patamares elevados a seguir refletindo em grande parte os efeitos dos refinanciamentos dos preços domésticos em relação aos internacionais e o realinhamento dos preços administrado em relação aos líderes.

Assim o comitê considerou que dentre outros fatores os ajustes de preços relativos à economia tornavam o balanço de riscos para inflação desfavorável 2015 que contribuíram que a inflação se elevasse no curto prazo e tendência a permanecer elevado durante o ano. Diante dessa situação ocupando decidiu nas três reuniões por unanimidade e levar a SELIC em 0,50 pontos percentuais para 13,25 ao ano 13,75 ao ano e 14,25 ao ano respectivamente. Já nasceu em União de outubro novembro avaliando o cenário macro econômico as perspectivas para inflação e a atual balança de risco cupom decidiu manter a taxa SELIC em 14,25% ao ano desta forma entendeu-se que a manutenção desse patamar da taxa de juros por meio suficientemente prolongado era necessária para convergência da inflação para a meta no horizonte relevante da política monetária e ressaltou que a política monetária se manteria vigilante para a consecução desse objetivo. A seguir, pode ser observado a movimentação da Selic desde ano da tabela a seguir:

Tabela 13 - Variação da taxa Selic em 2014.

Taxas SELIC - Mensal - Anual - Acumulada - 2015											
Mês de Referência	Meta para a Taxa Selic "Over night"							Meta para a Taxa Selic Ano-calendário			
	Taxas %					Dias úteis		Taxas %			
	Mensal	Anual	Acumulada		Média Geométrica diária	Mês	Ano	Mensal	Anual	Acumulada	
			No ano	Em 12 meses						No ano	Em 12 meses
Dez/2015	1,1698	14,25	13,37	13,37	0,05288	22	252	1,1379	14,25	13,47	13,47
Nov/2015	1,0629	14,25	12,06	13,14	0,05288	20	252	1,1010	14,25	12,19	13,25
Out/2015	1,1163	14,25	10,88	12,94	0,05288	21	252	1,1379	14,25	10,97	13,01
Set/2015	1,1163	14,25	9,65	12,72	0,05288	21	252	1,1010	14,25	9,72	12,73
Ago/2015	1,1163	14,25	8,44	12,49	0,05288	21	252	1,1379	14,25	8,53	12,46
Jul/2015	1,1863	13,79	7,25	12,21	0,05129	23	252	1,1026	13,78	7,31	12,19
Jun/2015	1,0741	13,68	5,99	11,95	0,05089	21	252	1,0609	13,70	6,14	11,95
Mai/2015	0,9924	13,25	4,86	11,73	0,04939	20	252	1,0624	13,25	5,02	11,73
Abr/2015	0,9587	12,77	3,83	11,55	0,04772	20	252	0,9924	12,77	3,92	11,54
Mar/2015	1,0478	12,75	2,85	11,40	0,04739	22	252	1,0195	12,69	2,90	11,40
Fev/2015	0,8288	12,25	1,78	11,14	0,04587	18	252	0,8904	12,25	1,86	11,23
Jan/2015	0,9426	11,92	0,94	11,10	0,04469	21	252	0,9604	11,91	0,96	11,10

Fonte: Banco de dados do portal das finanças, acesso em 2022.

Já com as relações de operações de crédito do sistema financeiro nacional repetindo 2015 uma perda de dinamismo observada no ano anterior evolução condicionada particularmente pelo impacto da regressão da atividade econômica sobre as contratações de operações de recursos livres todavia com a menor intensidade o segmento de crédito direcionado registrou desestatização na demo de recursos do BNDES para investimentos e nas operações de crédito imobiliário trajetória observada também pelas condições mais retrativas da oferta de recurso.

A evolução das taxas ativa de juros repercutiu a trajetória da taxa básica de juros consistente com o processo de ajustes macroeconômicos em cursos do país o mercado de crédito apresentou em 2015 crescimento de spreads nos níveis de inadimplência e dos prazos médios de contratações. Nesse cenário o salto total de criação financeiro somou o valor de R$ 3.219 bilhões ao final de 2015 aumentando em 6,7 no ano (11.3% em 2014 e 14,5% em 2013), e a razão crédito PIB atingiu o patamar de 54,5%. Elevando-se em 1,4 pontos percentuais no ano.

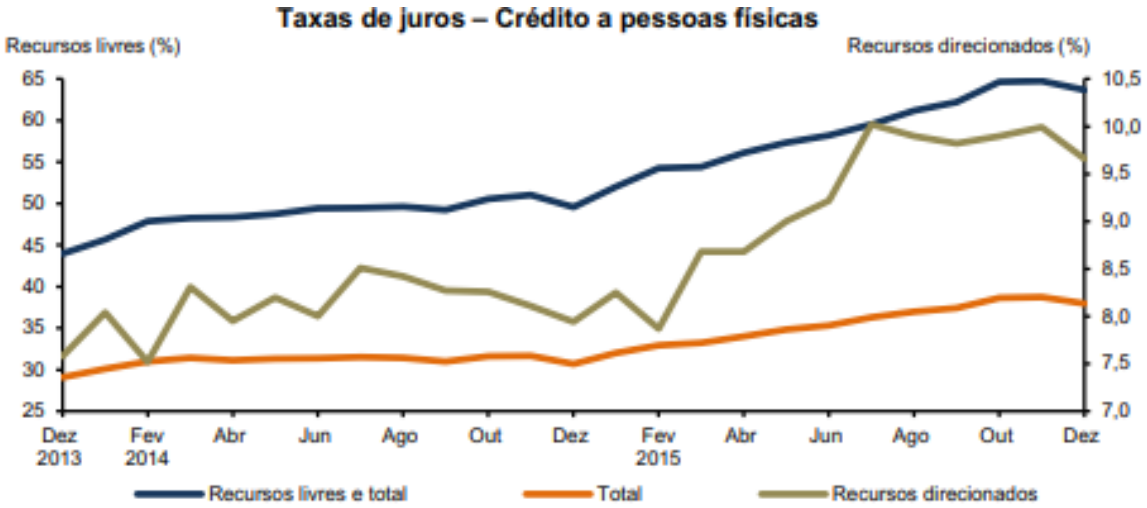
As operações contratadas com recursos livres (50,9% da carteira total do sistema financeiro) atingiram R$1.637 bilhões em dezembro elevando-se em 3,9% no ano onde a carteira de pessoa física somou o patamar de R$805 bilhões tendo um

aumento de 2,9% no ano destacando a elevação nas modalidades de crédito consignado em 8,6%.

E cartão de crédito em 7,4%. Cujas concessões variaram em negativo 17,0%, e 3,7% respectivamente no ano evidenciando os cenários de distensão no mercado de trabalho o recuo dos índices de financiamento de consumidores as operações destinadas aqui são de veículos e de outros bens diminuírem 12,5%, e 6,8 respectivamente no ano de 2015.

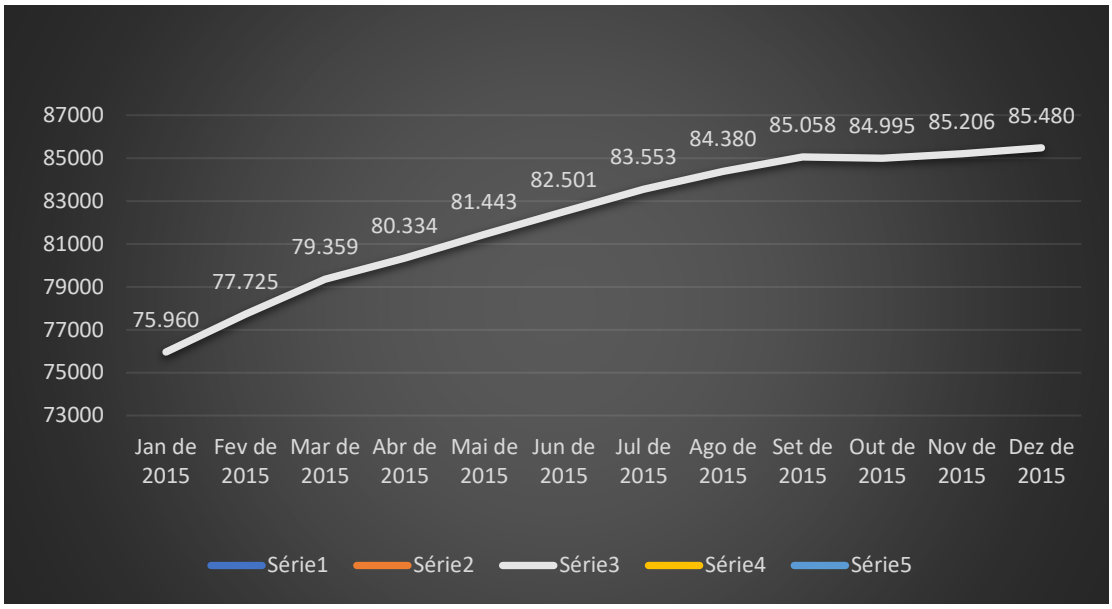
Já com o segmento da taxa de juros houve um patamar atingido de 37,9% ao ano no segmento de pessoas físicas um aumento de 7,2 pontos percentuais em relação a dezembro de 2014 e teve uma repercussão elevada de 14.1 pontos percentuais para 63,7 ao ano no âmbito de contrações com recursos livres.

Tabela 14 - Variação da taxa a de juros das operações de crédito Pessoa física em 2015.



Fonte: Relatório Anual do Banco Central do Brasil em 2012.

Tabela 15 - Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS: ano de 2014.



Fonte: Banco Central do Brasil, aceso em 2022

Diante das afirmativas e do aumento da taxa Selic, os índices de contratação referente ao crédito consignado, mais uma vez manteve-se seu patamar mais auto, superando, mais uma vez os índices dos anos anteriores. A capacidade de ter acesso a um credito mais barato, levam aposentados e pensionistas a adquirirem uma condição de valor de financiamento e valores de crédito acessíveis a este público.

5.9 Empréstimo Consignado INSS e o endividamento das famílias brasileiras

Segundo Abrão (2005) a geração da dívida elevada da população nos últimos anos decorrente a expressiva ascensão do crédito rápido e fácil levou o endividamento em níveis superiores ao esperado da população brasileira. A dívida em si chega a mais de 30 famílias no cheque especial, financiamento bancário, crédito consignado, credito para compra de veículos e imóveis, incluído recurso do Sistema Financeiro de Habitação, representam a 40% da massa anual dos proventos do trabalho e dos benefícios pagos pela Previdência Social INSS do país.

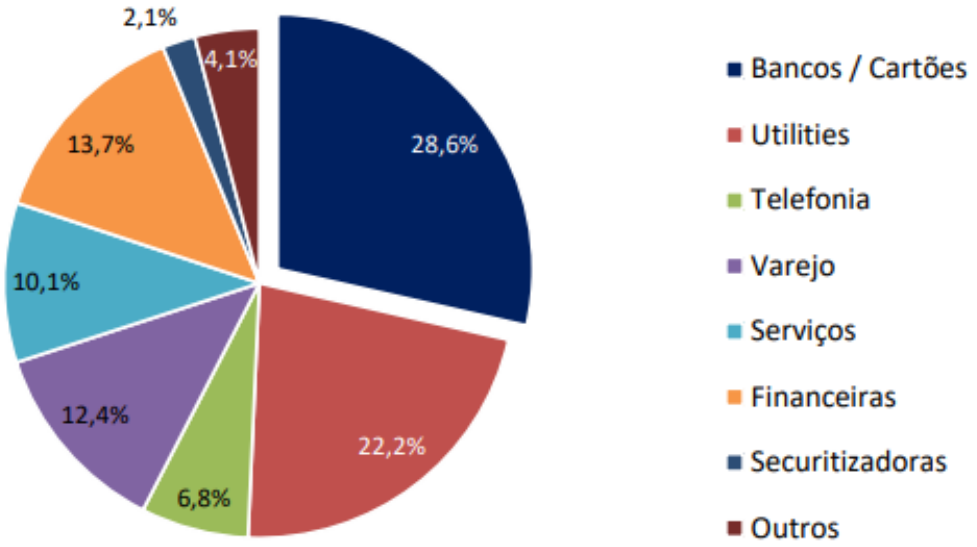
Dados do IBGE (2011) caracterizam que no período de dezembro de 2009, as famílias brasileiras encontravam-se endividadas em R$ 485 bilhões, onde a mesma teve um aumento para R$ 524 bilhões no mês de abril no ano de 2010, e atingindo a parcela de R$ 653 bilhões, em abril de 2011. Mesmo contabilizando os ganhos envolvendo renda registrados neste mesmo período, cada vez mais as dívidas consomem um valor de parcela que envolve o endividamento da população. Entretanto em um período de um ano e meio atrás esta mesma conta equivale a 35% da renda anual ou 4,2 meses de rendimento.,

Em abril de 2011 houve um momento para 40% da renda ou 4,8 meses de rendimento. E então em fevereiro de 2012 a parcela de famílias brasileiras possuem do dívidas ficaram em impressionantes 57,4%, porém que em fevereiro de 2011 este mesmo percentual equivale a 65,3%. Em janeiro deste mesmo ano com relação ao endividamento o mesmo também apresentou queda de 1,4 pontos percentuais.

Quando ocorreu a explosão do consumo no ano de 2011, as medidas que envolvem o aperto no crédito editados pelo banco central no fim de 2010, e a relação da elevação dos juros e também a redução que envolve os prazos de financiamentos, possuir uma grande influência sobre o grande aumento do endividamento das famílias neste início de ano apresentando também um grande fator o aumento de juros. Segundo os dados do IBGE (2011), as vendas impulsionadas pelo comercio diante do mês de março desempenha para uma forte desaceleração do consumo.

Segundo os dados da Fenaban (2022) 235,3 milhões são considerados de dívidas negativas (tíquete médio de R$ 1.222,80), mostrando o total de 287,7 bilhões de reais, onde nas parcelas destas dívidas, 28,6% são consideradas dívidas bancárias, tendo uma consideração que a taxa média seja igual a uma média a dívida total bancária negativada corresponde a 82,2 bilhões de reais.

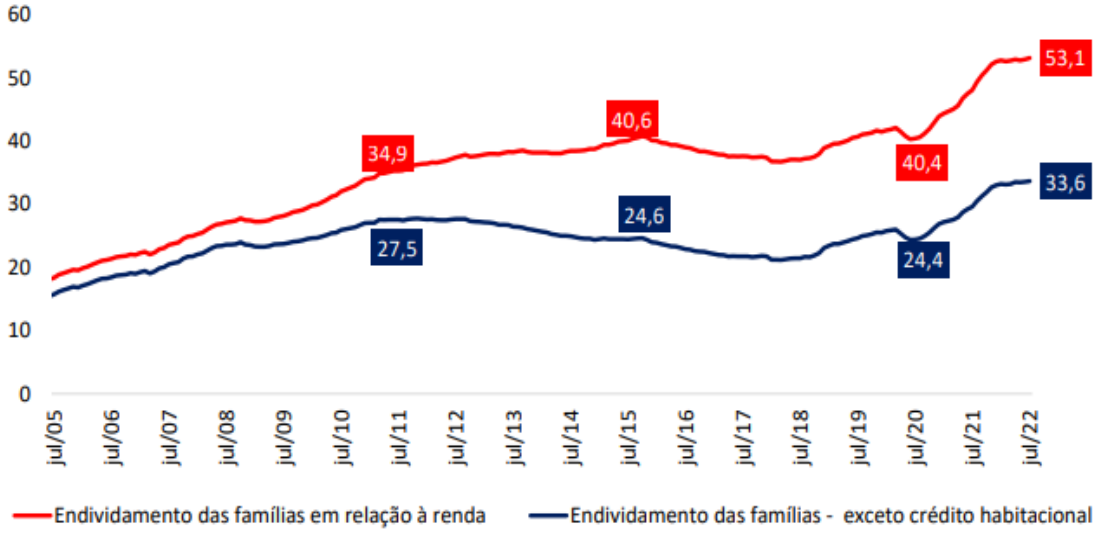
Tabela 16 - Composição das Dividas Negativas-Por Setor



Fonte: Febraban, Endividamento e Inadimplências das Famílias-contexto e Evolução Recente.

E envolvendo também os dados sobre endividamento bancário das famílias brasileiras observa-se um alto grau de elevação que segundo o Banco Central do Brasil (2022), as famílias endividadas pelo sistema financeiro nacional atingiram o patamar de 53,1% envolvendo a renda anual do mês de julho de 2022, um nível superior envolvendo a série representada. Removendo também o assunto referente ao crédito imobiliário do indicador, o endividamento familiar atingiu os incríveis patamares de 33,6% envolvendo a renda, como mostra a seguir a tabela:

Tabela 17 - Endividamento Familiar



Fonte: Febraban, Endividamento e Inadimplências das Famílias-contexto e Evolução Recente.

Segundo o Bacen (2022), o empréstimo consignado é um serviço de desconto em folha automática que envolve o pagamento de benefício, contracheque INSS, tendo como público alvo aposentados e pensionistas, vantagem que envolve o crédito consignado na maioria das vezes seria os seus atrativos recursos e taxas de juros mais em conta em comparação a outras modalidades de crédito.

Os dados que são apurados pelo Peic (2017), demonstra que algum dos dados envolvidos para outro período verificaram que ocorreram uma grande expansão dos empréstimos que envolvem pessoas físicas desde o início de 2003,um estudo apurado através de dados bibliográficos, já se ocorriam também uma análise que demonstra que o crédito pessoal incluindo o consignado foram considerados os maiores responsáveis pelo crescimento envolvendo a taxa de oferta de crédito considerando também uma grande expansão do crédito para aquisição de veículos.

Quanto à disposição envolvendo as famílias em aproveitarem a disponibilidade de crédito e ampliar o endividamento também foi estimulado envolvendo as principais redes de varejos e logo limitada pelos bancos e suas financeiras envolvendo alongamento dos prazos das operações envolvendo crédito ao consumidor reduzindo assim parcelas e diminuindo a inadimplência.

Tabela 18 - Tipos de dividas

Tipo de divida	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Cartão de crédito	70,9 %	72,7%	73,6%	75,2%	75,3%	76,1%	77,1%	76,7%
Cheque especial	8,3%	6,8%	6,2%	6,2%	5,6%	6,2%	7,2%	6,7%
Cheque pré-datado	4,0%	3,0%	2,7%	2,2%	1,8%	1,7%	1,7%	1,4%
Crédito consignado	3,9%	3,9%	4,0%	5,2%	4,7%	4,6%	5,4%	5,6%
Crédito pessoal	11,3%	10,8%	11,3%	10,5%	9,5%	9,0%	10,3%	10,3%
Carnês	25,0%	22,0%	19,8%	18,7%	17,0%	16,9%	15,4%	15,7%
Financiamento de Carro	10,3%	10,0%	11,5%	12,2%	13,8%	13,7%	11,2%	10,2%
Financiamento de casa	3,2%	3,5%	4,5%	6,1%	7,8%	8,3%	7,9%	8,2%
Outras dívidas	2,5%	3,1%	2,2%	2,5%	2,3%	2,2%	2,4%	2,6%
Não sabe	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%
Não respondeu	0,3%	0,5%	0,3%	0,3%	0,3%	0,1%	0,1%	0,1%

Fonte: PEIC, Pesquisa CNC, Endividamento e Inadimplência do Consumidor, 2017

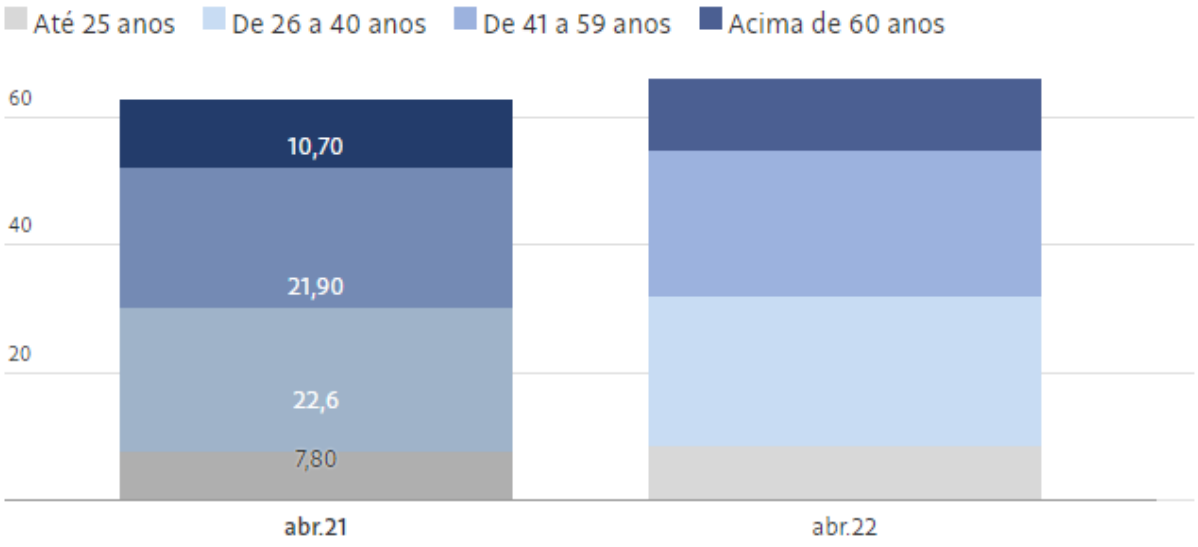
Mesmo tendo uma boa expectativa de expansão de crédito com relação a este sistema acarretou também efeitos colaterais que segundo Barone e Sander(2008) decorrência mais comum que envolve o empréstimo consignado seria o problema do mau uso de seus recursos, considerando também que a possibilidade do elevado endividamento pelas pessoas de renda baixa, para que pudesse conter e minimizar esta situação o governo federal estabeleceu um teto limite para o endividamento que ocorre em 30% do valor do salário de benefício de aposentadoria ou pensão, tomada também o limite do cartão de crédito fornecido por algumas instituições com prazo máximo de quitação em até 72 vezes.

Porém segundo o Bacen (2022) a nova regulamentação existente possui a limitação de comprometimento de margem consignável a 35% da renda disponível a uma pessoa, sendo também 5% voltado ao pagamento de cartão de crédito, desta maneira o mutuário pode realizar a contratação envolvendo mais de uma operação desde que desta forma possa respeitar os limites mencionados.

A fila que envolve os endividados acima de 60 anos sendo aposentados e pensionistas do INSS cresceu entre 2021/2022 um número maior recente que foi publicado em abril mostrando que a lista de devedores dessa mesma faixa de idade ganhou 751.745 pessoas em um ano. Neste mesmo mês de abril de 2021, 10,7 milhões de pessoas acima dos 60 anos estavam inadimplentes segundo os dados do

Serasa, e neste mesmo ano são 11,4 milhões Alta de 7%, os dados mostram que houve um aumento da inadimplência em todas as faixas de idade tendo também como grande crescimento o grupo dos mais jovens de até 25 anos de idade com altas de 9% e segundo maior salto foi entre os mais velhos. (Folha de São Paulo 2.jul.2022).

Tabela 19 - Numero de devedores, em milhões



Fonte: Serasa Experian 2022.

Nesta mesma situação segundo o site Folha de São Paulo (2022), o país deu um salto de 66 milhões de endividados um recorde que envolve uma série histórica iniciada no período de 2016, onde o pico de endividamento foi atingido em abril de 2020 com 65,9 milhões de devedores somando assim um valor médio de R$ 4.107,3.

Porém segundo o economista chefe do Serasa Experian, Luiz Rabi, aí inadimplência de forma geral está correlacionada a inflação e alta dos juros, porém especialmente na faixa acima de 60 anos com a Maria aposentado as dívidas são resultadas diretos na disparada de preço.

Diante desses fatos, o empréstimo consignado, além de proporcionar um recurso livre de financiamento e credito com taxas mais acessíveis, mostra também que seu mau uso, leva em grade parte o endividamento familiar e acarreta nas situações de diminuição dos salários de pagamento em folha, descontos acima do esperado e a condição de perca de poder de compra populacional dos aposentados e pensionistas INSS.

Outro fator que além dos beneficiários do INSS, tiveram acesso ao crédito consignado, foi com relação ao Auxilio Brasil, onde foi aprovado pela câmara dos deputados e estipulada pela lei 14.431, publicada pela união em 3 de agosto, limitado a 40% do valor recebido mensalmente do benefício, desta forma, R$ 160 serão destinados a parcelas de pagamento deste recurso.

Porém segundo o site de notícias Extra (2022) mesmo que os indivíduos que contratem este credito, e terem seu benefício como garantia de pagamento, o mesmo deverá continuar a realizar o pagamento da dívida, mesmo com seu benefício encerrado.

Também segundo a fonte de notícias, a fala da presidente do instituto brasileiro de direito previdenciário, afirma que por serem pessoas de alto grau de falta de conhecimento sobre credito, tem reiterado o grau de risco de contratação deste crédito, pois os mesmos possuem comprometimento de renda a baixo do esperado, permitindo esta linha de crédito, reintegrará ainda mais a possibilidade do aumento das dívidas familiares.

Segundo os estudos elaborados e mediante as referências bibliográficas apresentadas neste trabalho, observe-se uma concordância do assunto em si onde se mostrou que, na linha de estudo no período abordado, há uma relação determinada entre a taxa SELIC e as taxas de crédito de empréstimos consignados, tendo como hipótese aí as teorias econômicas de determinados autores que justificam esta tese.

Nas palavras de Oliveira Et Al (2018), a taxa SELIC interfere diretamente na concessão de crédito e na rentabilidade dos investimentos após a crise econômica envolvendo assim as suas mudanças, observando um aumento na taxa SELIC, o valor do dinheiro aumenta no sistema financeiro levando as pessoas e empresas a desestimularem a contrair empréstimos, dando assim uma diminuição da circulação do capital na economia, entretanto com a relação de as aplicações financeiras, se tornam uma atratividade à parte, uma vez onde esta taxa também serve como referência para a remuneração dos títulos públicos federais, a caderneta de poupança dentre outras modalidades de investimentos da renda fixa ou atrelados a este indexador.

Abordando assim este fato a taxa SELIC encontrando-se em um aumento significativo afeta diretamente na concessão de créditos para os públicos consumidores dando ênfase na tese da relação taxa SELIC e crédito consignado. Já para Castro e Mello (2010) afirmam em sua tese onde procuram demonstrar se as

taxas envolvendo os empréstimos respondem mais elevações que as reduções da taxa SELIC para as modalidades envolvendo o crédito livre destinado a pessoas físicas no período de junho de 2000 e abril de 2006, os resultados encontrados mostraram que o efeito envolvendo pass-through (atravessar) envolvendo a SELIC para as taxas dos empréstimos bancários são consideradas menores quando tem uma pequena queda na SELIC do que envolvendo ou onde há uma elevação demonstrando assim uma assimetria do repasse das taxas de juros, que diante dessas falácias ressalta mais positivamente a tese do trabalho.

Apresentando também o tema sobre endividamento familiar e dos aposentados e pensionistas do INSS em relação ao crédito consignado, fica exposto que por ser um crédito com taxas mais reduzidas e de fácil acesso, mesmo com o passar dos anos e a taxa SELIC e as linhas de taxas de crédito, sempre possuindo variações, ou seja, apresentando baixas e subidas, as mesmas não interferem no quesito de contratações e liberações deste crédito , pois diante dos estudos encontrados do ano de 2011 até 2015, o crédito consignado sempre apresentou um aumento gradativo dos valores dos anos apresentados.

Moura et al. (2018) afirma que o crédito consignado é considerado um crédito de fácil acesso, porém, é também considerado o grande responsável pelo endividamento e precarização envolvendo as condições de vida dos idoso, dando ênfase assim ao processo de contratação e liberação das margens, quando também a consideração do endividamento.

Barone e Sander (2008) diz que o empréstimo consignado apresenta um problema muito comum decorrente desse tipo de crédito que seria o mau uso destes recursos levando a geração de um elevado endividamento entre as pessoas de baixa renda, e para Vieira et al. (2016) apresenta o quê o endividamento pode também possuir a relação envolvendo o consumo de bens e serviços com excessividade podendo se tornar crônico diante do momento em que compromete a renda dos indivíduos.

6- Conclusão

Assim, o presente trabalho, mostrou a relação da taxa Selic com a oferta de empréstimo de credito consignado e a relação do endividamento familiar, uma determinante informação que desde o início do tema foi proposto e alcançado diante das teses e estudos bibliográficos presentes. Desde o início, onde aborda-se as informações sobre o que seria os credito consignado, taxa Selic, benéfico INSS, e um conjunto de temas que foram utilizados para elaboração desta conclusão de curso.

Os dados levantados no período de cinco anos, entre os anos de 2011 a 2015, mostraram claramente que a taxa Selic, interfere diretamente nas ofertas de taxas de credito, mostrada em tópico e gráficos emitidos e encontrados no site do banco centra, que foi de suma importância na construção desta tese, e levando em consideração a relação do empréstimo consignado diante das taxas de oferta, mostrando que, por ser um valor de empréstimo de fácil acesso, levam aposentados e pensionistas a buscarem este recurso.

Mesmo com passar do tempo e as movimentações com relação a volatilidade das taxas, o credito consignado sempre esteve em crescente aumento, apesar de alguns momentos, as taxas de credito apresentarem maiores preços, mas não impedindo este público a ter acesso a este serviço.

Posteriormente, abordando o tema de endividamento, buscou uma relação entre o tema do trabalho e a conclusão da tese que mostra, que infelizmente um grande número de endividados, vem desta linha de crédito, as vezes por mau conhecimento sobre educação financeira e a relação do uso consciente do crédito.

Portanto, fica uma reflexão e uma proposta para maiores incentivos sobre a educação financeiras na atual geração que se encontra, pois se desde cedo, este tema ser apresentado em escolas, locais de trabalho e no cotiado, com certeza teremos uma geração mais consciente e sabendo utilizar de forma correta e assertiva os créditos e serviços disponíveis todos os públicos.

7.REFERÊNCIAS

ABRÃO, Carlos Henrique. **Cartões de crédito e débito**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

AGÊNCIA IBGE**. Em 2012, PIB cresce 0,9% e totaliza R$ 4,403 trilhões**. Disponível em: https://agenciade noticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14366-asi-em-2012-pib-cresce-09-e-totaliza-r-4403-trilhoes. Acesso em: 12 nov. 2022.

Agência IBGE**. IPCA de dezembro fica em 0,50% e fecha 2011 em 6,50%.** Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14162-asi-ipca-de-dezembro-fica-em-050-e-fecha 2011650#:~:text=A%20varia%C3%A7%C3%A3o%2 0do%20IPCA%20em,%25%2 0para%206%2C05%25. Acesso em: 12 nov. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Crédito consignado em folha de pagamento.** Disponível em: www.psdb.org.br. Acesso em: 26 nov. 22.

BACEN – Banco Central do Brasil. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/. Acesso em: 27/12/2021.

BV BANCOS. **GUIA COMPLETO SOBRE A TAXA SELIC: O QUE VOCÊ PRECISA SABER.** Disponível em: https://www.bv.com.br/bv-inspira/orientacao-financeira /taxa selic. Acesso em: 20 out. 22.

Banco Central do Brasil. **Boletim do Relatório de 2012**. Disponível em https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2012/rel2012p.pdf. Acesso em: 01 nov. 2022

Banco Central do Brasil. **Boletim do Relatório de 2011**. Disponível em https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2011/rel2011p.pdf. Acesso em: 31 out. 22.

Boletim do Banco Central do Brasil. **Relatório de 2013**. Disponível em https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2013/rel2013p.pdf. Acesso em: 02 nov. 2022

Boletim do Banco Central do Brasil. **Relatório de 2014**. Disponível em https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2014/rel2014p.pdf. Acesso em: 02 nov. 2022

Boletim do Banco Central do Brasil. **Relatório de 2015**. Disponível em https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2015/rel2015p.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022

BARONE, F. M.; SADER, E. **Acesso ao Crédito no Brasil: Evolução e Perspectiva**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v.42, p. 1249 1267, nov. Acesso em: 06 nov. 2022

Banco central do Brasil. **Consulta de valores**. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=visualizarValores, acesso em 01/11/2022.

CASTRO, P. H. R. de; MELLO, J. M. P. de**, Existe assimetria no repasse dos juros bancários a variações na taxa Selic?**. 2010. Apresentado no 38. Encontro Nacional de Economia da Anpec, Salvador, 2010.

CUCOLO, E. **BC acaba com exclusividade de banco na concessão de crédito consignado**. Folha de S. Paulo, 14 jan. 2011.

CAETANO, Sidney Martins. **ABORDAGEM DISCRETA PARA A DINÂMICA DA TAXA SELIC-META**. 2011. 23 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação Economia, Universidade Federal de Viçosa, Sorocaba, 2011.

CARDIM, F.J.C.et al. **Economia Monetária e Financeira**. Campus, 2000.

CARVALHO, F.C., et al. **Economia monetária e financeira: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2007

DILLARD, Dudley. **A teoria econômica de John Maynard Keynes, Teoria de uma economia monetária**, Tradução de Albertino Pinheiro Júnior, 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1971.

Extra Globo. **Consignado do Auxílio Brasil tem que ser pago mesmo que a família deixe de receber o benefício. União não pagará dívida.** 1, 22 out. 2022. Disponível em: https://extra.globo.com/economia-e-financas/consignado-do-auxilio-brasil-tem-que-ser-pago-mesmo-que-familia-deixe-de-receber-beneficio-uniao-nao-pagara-divida-25595016.html. Acesso em: 12 nov. 2022.

Folha de S.Paulo**. INADIMPLÊNCIA AUMENTA E ATINGE MAIS BRASILEIROS ACIMA DE 60 ANOS.** São Paulo: Folha de S.Paulo, 2.jul.2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/inadimplencia-aumenta-e-atinge-mais-brasileiros-acima-de-60-anos.shtml. Acesso em: 7 nov. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

HILBRECHT, Ronald. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2011. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/. Acesso em: 07 nov. 2022.

MINSKY, H. P**. Stabilizing an unstable economy**. New York: McGraw Hill, 2008

MOURA, R.; OLIVEIRA, S. C. S.; SILVA, R. N. O**. Crédito consignado e seu impacto na vida dos aposentados** – 2018 - XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Espirito Santo. 2018

Nascimento de Oliveira, Fernando, Romaguera Rodrigues da Costa, Alexandre **Os Impactos das mudanças inesperadas da SELIC no mercado acionário brasileiro.** BBR - Brazilian Business Review [en linea]. 2013, 10(3), 54-84[fecha de Consulta 23 de Agosto de 2022]. ISSN: Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=123028447003.

Omar,J.H.D. T**axa de juros, determinação e implicação para a economia brasileira**,2008.

OLIVEIRA, M. J. S. **Variação da taxa Selic e a rentabilidade de fundos de investimentos referenciados: uma análise comparativa do período de 2013 a 2016.** Brazilian Journal do Development, Curitiba, v. 4, n. 4, p. 1449-1463, jul./set. 2018.

PEIC, PESQUISA CNC. Endividamento e Inadimplência do Consumidor. O perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2017.

Presidência da república casa civil**. Lei nº 10820, de 17 de dezembro de 2003.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.820.htm. Acesso em: 29 out. 2022.

Presidência da república casa civil. **Lei nº 10953, de 27 de setembro de 2004, Art 6º**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.820.htm. Acesso em: 29 out. 2022.

Portal do TCU, **desempenho da economia brasileira**. Disponível em https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas_governo/contas_2011/fichas/1_1_DesempenhoEconomiaBrasileira.pdf, acesso em 12 de novembro 2022.

Portal de finanças. **Tabela Taxa Selic 2011**. Disponível em https://www.portaldefinancas.com/selic1011.htm. Acesso em 31 de outubro de 2022.

Portal de finanças. **Tabela taxa Selic em 2012**. Disponível em: https://www.portaldefinancas.com/selic1213.htm. Acesso em 01 de novembro de 2022.

Portal de finanças. **Tabela Taxa Selic 2013**. Disponível em: https://www.portaldefinancas.com/selic1213.htm. Acesso em 05 de novembro de 2022.

Portal de finanças. **Tabela Taxa Selic 2014**. Disponível em https://www.portaldefinancas.com/selic1415.htm. Acesso em 05 de novembro de 2022.

Portal de finanças. **Tabela Taxa Selic 2015**. Disponível em: https://www.portaldefinancas.com/selic1415.htm. Acesso em 05 de novembro de 2022.

RÜSEN, Jorn. **A reconstrução do passado: teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007

SANTOS, L. B. **Empréstimo consignado: O endividamento dos aposentados e pensionistas do INSS**. 2019. 49f. monografia. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

SANTOS, Talianne Rodrigues; SILVA JÚNIOR, Windsor Ramos da; FRANÇA, Inácia Sátiro Xavier de; CAVALCANTI, Alessandro Leite; FERNANDES, Maria das Graças Melo. **Perfil socioeconômico-demográfico do beneficiário do Instituto Nacional do Seguro Social aposentado por invalidez e suas causas, no Estado da Paraíba, no quinquênio 2007-2011**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 1-12, 27dez.2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/r bepop/a/mKyjVfBrzMPp5szwyNk4hgJ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 outubro de 2022

SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antonio. **Juros no direito brasileiro**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antônio. **Juros no direito brasileiro**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

TIME RICO. **O que é Taxa Selic e como ela influencia os investimentos hoje**. Disponível em: https://riconnect.rico.com.vc/blog/taxa-selic. Acesso em: 28/11/2022.

TORO INVESTIMENTOS. **Taxa de juro: como funciona e quais tipos existem**. Disponível em https://blog.toroinvestimentos.com.br/educaçao-financeira/taxa-de-juros-como-funciona. Acesso em 19/09/2022.

URBE.ME. **Juros: sabe o que é.** Disponível em: https://urbe.me/lab/juros-voce-sabe-o-que-e/. Acesso em 19/09/2022.

VIEIRA, E. G. F.; KILIMNIK, Z. M.; SANTOS NETO, S. P. **Qualidade de vida e endividamento: estilos de vida associados ao descontrole financeiro e consequências na vida pessoal e profissional. Revista da Una**. v.21, n.2, Minas Gerais. 2016 p.23-62.